

RELATÓRIO

4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DAS JUVENTUDES -
SANTA CATARINA/2023
24 e 25 de outubro de 2023.



CONJUVESC
CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE DE SANTA CATARINA

GOVERNO DE
SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA
SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA

SECRETARIA NACIONAL
DE JUVENTUDE

SECRETARIA - GERAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Florianópolis (SC), 03 de novembro de 2023.

FICHA TÉCNICA

Conselho Estadual da Juventude - CONJUVE/SC

Mesa Diretora - Mandato 2023-2025

Presidente: Samara Freitas da Silva

Vice-presidente: Adrieli Albertti

1º Secretário: Gabriel Pereira Escobar

2º Secretário: Myriane Gonçalves da Silva

Conselheiros Governamentais

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social – SDS

Titular: Myriane Gonçalves da Silva

Suplente: Renata Hartmann Duhá

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social – SDS

Titular: Frederico Alvim Carvalho

Suplente: Viviane Maria Potier Fernandes

Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca – SAR

Titular: Samara Freitas da Silva

Suplente: Ivanda Masson

Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa – SAP

Titular: Mariana Ramos Tavares

Suplente: Thales Valim Ângelo

Secretaria de Estado da Saúde – SES

Titular: Karine Freire

Suplente: Liliâne Aparecida de Oliveira

Secretaria de Estado da Educação – SED

Titular: Luís Duarte Vieira

Suplente: Tânia Maurícia Willamil Silva

Universidade Estado de Santa Catarina - UDESC

Titular: Gabriela Maria Dutra de Carvalho

Suplente: Marilane Machado de Azevedo Maia

Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço –SICOS

Titular: Adílio da Silva Anísio

Suplente: João Victor Santos Jerônimo

Conselheiros da Sociedade Civil

Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Santa Catarina – FETRAF

Titular: Lucas André Maldaner

Suplente 1: André Luiz Simonetti

Suplente 2: Dalvana Cordazzo

Cáritas Brasileira Regional de Santa Catarina

Titular: Felipe Gelson Nezi

Suplente 1: Felipe Candin dos Santos Fuentes

Suplente 2: Bruna Emanuelle Klein da Silveira

Pastoral da Juventude – PJ

Titular: Allan Matheus Schmilla

Suplente 1: Edinei Malagutt

Suplente 2: Agnaldo Freitas Junior

União Catarinense dos Estudantes – UCE

Titular: Natan Luiz Rech

Suplente 1: Victoria Salgado Figueiredo Gomes

Suplente2: Francisco Ianzer Machado

Associação Brasileira de Educação e Cultura – ABEC

Titular: Mariene Alves do Vale

Suplente 1: Estéfano Marlon Theisen

Suplente 2: Keles Gonçalves de Lima

Juventude do Partido dos Trabalhadores – JPT

Titular: Brenda Neves Rodrigues

Suplente 1: Maria Clara Santos Garcia

Suplente 2: Kevin Gonçalves Pachec

Sindicato dos Trabalhadores em Educação na rede Pública do Ensino do Estado de Santa Catarina - SINTE

Titular: Daniel Alberto Tornos

Suplente 1: Fagner da Silva

Suplente 2: Jean Carlos Lemos

Central Única dos Trabalhadores – CUT

Titular: Gabriel Pereira Escobar

Suplente 1: Geici Maiara Brig

Suplente 2: Maria de Fátima Bernadete de Souza

Instituto Catarinense de Juventude – ICJ

Titular: Adrieli Albertti

Suplente 1: Gabriel Tombosi Neto

Suplente 2: Ana Karla Alves

Comissão Organizadora Estadual (COE)**Presidente:**

Myriane Gonçalves da Silva

Relatora:

Brenda Neves Rodrigues

Conselheiros/as das Organizações da Sociedade Civil:

Adrieli Albertti

Brenda Neves Rodrigues

Gabriel Pereira Escobar

Lucas André Maldaner

Conselheiros/as Governamentais:

Mariana Ramos Tavares

Myriane Gonçalves da Silva

Samara Freitas da Silva

Luis Duarte Vieira

Equipe de Relatoria da Conferência

Aline Silva Botelho

Carmen Maria Cipriani Pandini

Caroline da Rosa Dalprá Werle

Paulo Medeiros

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	7
2.	OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS.....	7
3.	PROGRAMAÇÃO.....	8
4.	SOLENIDADE DE ABERTURA.....	10
5.	REGIMENTO INTERNO	14
6.	PALESTRA MAGNA.....	15
7.	SISTEMATIZAÇÃO DAS PROPOSTAS	16
7.1	GRUPOS DE TRABALHO.....	17
7.1.1	GRUPO 1:.....	19
7.1.2	GRUPO 2:.....	31
7.1.3	GRUPO 3:.....	40
7.1.4	GRUPO 4:.....	45
8.	PLENÁRIA FINAL.....	50
9.	MOÇÕES	64
10.	ELEIÇÃO DOS/AS DELEGADOS/AS PARA A CONFERÊNCIA NACIONAL.....	68
10.1.	SEGMENTO CONSELHOS DE DIREITOS – GOVERNAMENTAL.....	69
10.2.	SEGMENTO CONSELHOS DE DIREITOS – SOCIEDADE CIVIL.....	70
11.	ENCERRAMENTO.....	71

12. AVALIAÇÃO DA CONFERÊNCIA.....	72
13. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
ANEXOS.....	82
ANEXO A - CONVOCAÇÃO DA 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DAS JUVENTUDES (PORTARIA Nº57/2023)	82
ANEXO B - ERRATA - CONVOCAÇÃO DA 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DAS JUVENTUDES (PORTARIA Nº59/2023)	82
ANEXO C - NORMAS DE PARTICIPAÇÃO DA 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DAS JUVENTUDES (INFORME Nº02/2023)	82
ANEXO D - REGIMENTO INTERNO.....	82
ANEXO E - LISTA DE PRESENÇA DA CONFERÊNCIA.....	82
ANEXO F - LISTA DE PRESENÇA DOS EIXOS	82
ANEXO G - FICHA DE DELEGADOS - SEGMENTO GOVERNO.....	82
ANEXO H - FICHA DE DELEGADOS - SEGMENTO SOCIEDADE CIVIL.....	82
ANEXO I - PROPOSTAS ELEITAS.....	82
ANEXO J - MOÇÕES.....	83
ANEXO K - AVALIAÇÕES.....	83
ANEXO L - IMAGENS DO EVENTO.....	83
1. INTRODUÇÃO	

A 4ª Conferência Estadual das Juventudes de temática central “*Reconstruir Santa Catarina, Construir o Futuro: Desenvolvimento, Direitos, Participação e Bem Viver*” foi convocada pela Secretária de Estado da Assistência Social, Mulher e Família, Sra. Maria Helena Zimmermann por meio da Portaria nº 57 de 25 de agosto de 2023 publicada no Diário Oficial de Santa Catarina - DOE nº 22091.

A Etapa Estadual foi organizada pelo Conselho Estadual da Juventude - CONJUVE/SC, com Comissão Organizadora Estadual – COE constituída nos termos da Portaria nº 59 de 31 de agosto de 2023, publicada no Diário Oficial de Santa Catarina – DOE nº 22094.

A 4ª Conferência Estadual das Juventudes foi realizada nos dias 24 e 25 de outubro de 2023. O evento ocorreu presencialmente na cidade de Florianópolis, nas dependências do Instituto Estadual de Educação – IEE.

O presente relatório é fruto dos resultados desta Conferência, que contou com um total de 102 (cento e dois) participantes inscritos entre delegados municipais e regionais, jovens, representantes governamentais e da sociedade civil, que juntos discutiram a temática central por meio de registros de debates dos eixos, subdivididos em 4 (quatro) grupos de trabalho e votaram nas propostas para a 4ª Conferência Nacional das Juventudes.

2. OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS

A Conferência Estadual das Juventudes, conforme Resolução CON/CONJUVE/SNJ/SGPR/PR nº1, de 11 agosto de 2023, teve como objetivo geral atualizar a agenda das juventudes para o desenvolvimento de Santa Catarina e do Brasil, reconhecendo e potencializando as múltiplas formas de expressão juvenil, além de fortalecer o combate a todas as formas de preconceitos e teve os seguintes objetivos específicos:

- I - Indicar prioridades de atuação do Poder Público na consecução da Política Nacional de Juventude;
- II - Fortalecer a relação entre governos e a sociedade civil para maior efetividade na formulação, execução e controle da Política Estadual e Nacional de Juventude;

- III - Identificar e fortalecer a transversalidade do tema juventude junto às políticas públicas nos três níveis de governo;
- IV - Propor aos municípios estratégias para ampliação e consolidação da temática juventude junto aos diversos setores da sociedade;
- V - Promover, qualificar e garantir a participação da sociedade, em especial dos (as) jovens, na formulação e no controle das políticas públicas de juventude;
- VI - Elaborar subsídios ao Plano Nacional de Juventude;
- VII - Elaborar subsídios para a construção do Sistema Nacional de Juventude;
- VIII - Divulgar e popularizar o conteúdo do Estatuto da Juventude;
- IX - Colaborar e incentivar a atuação conjunta de municípios em torno de planos e metas comuns para a população jovem;
- X - Fazer balanço e aprimorar os mecanismos de monitoramentos das resoluções da 1º, 2º e 3ª Conferência Nacional Juventude;
- XI - Reconhecer e fortalecer o ambiente digital como espaço de participação, articulação, deliberação e ação dos jovens;
- XII - Consolidar uma plataforma de participação digital;
- XIII - Fortalecer, ampliar e diversificar o acesso da sociedade civil, em especial da juventude, aos mecanismos de participação popular e políticas públicas de juventude;
- XIV - Mobilizar a sociedade e a diversidade dos meios de comunicação comercial, popular e mídias livres, para a importância das políticas de juventude no desenvolvimento do estado e do país;
- XV - Estabelecer processo de cobertura colaborativa da 4a Conferência Nacional de Juventude a partir de redes de comunicadores independentes;
- XVI - Construir a 4a Conferência Estadual e Nacional de Juventude nos marcos da acessibilidade e da sustentabilidade;
- XVII - Promover o intercâmbio das múltiplas expressões da juventude – esportivas, culturais, científicas, tecnológicas, ambientais, econômicas e outras – de modo a fortalecer iniciativas da organização juvenil e facilitar o estabelecimento de novas redes e comunidades de jovens nos territórios;
- XVIII - Garantir a transversalidade do debate sobre o combate e superação das opressões de gênero, classe, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiência, em situação de rua ou em cumprimento de pena de privação de liberdade;
- XIX - Garantir em todas as etapas preparatórias da 4a Conferência Nacional de Juventude um público jovem, com paridade de gênero, recorte étnico-racial, e com diversidade regional;
- XX - Promover o Brasil como referência internacional de boas práticas em políticas de participação das juventudes;
- XXI - Fortalecer as instituições democráticas e o próprio conceito de democracia no Brasil.
- XXII - Contribuir com os planos setoriais de juventudes associados, à exemplo do Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente, do Plano Nacional e Sucessão Rural e do Plano Nacional da Juventude Negra Viva.

3. PROGRAMAÇÃO

A programação da conferência foi publicada no site do Conselho Estadual da Juventude e no endereço eletrônico dos municípios e entidades, como também disponibilizado no regimento geral da conferência.

Dia 24/10/2023

08h	Início do Credenciamento
08h30min.	Coffee Break
9h30min.	Mesa de autoridades
9h30min	Homologação Regimento Interno
09h45min	Palestra Magna - Adrieli Albertti Conselheira Titular do Conselho Estadual da Juventude
10h45min. - 12h	Trabalho em grupo (eixos): GRUPO 1 I - Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil; IV - Direito à Diversidade e à Igualdade; VII - Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão; XI - Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça GRUPO 2 II - Direito à Educação; VI - Direito à Cultura; VIII - Direito ao Desporto e ao Lazer. V - Direito à Saúde. GRUPO 3 III - Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda. XII - Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE GRUPO 4 IX - Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente; X - Direito ao Território e à Mobilidade
12h.	Intervalo para Almoço
13h30min.	Continuação trabalho em grupo (eixos)
15h30min.	Coffee Break
16h -18h	Continuação trabalho em grupo (eixos)
18h- 19h	Sistematização das propostas

Dia 25/10/2023

08h	Início do Credenciamento
08h30min.	Coffee Break

09h 12h	Plenária Final - Apresentação e Deliberações a partir das prioridades definidas pelos Grupos de Trabalho
12h 13h30min.	Almoço
13h30min. 14h30min.	Apresentação e Homologação das Moções
14h30min. 15h30min.	Eleição dos delegados
15h30min. 16h	Homologação dos delegados e encerramento
16h	Coffee Break

Quadro 1: Programação da 4ª Conferência Estadual da Juventude Santa Catarina, disponível em:

<https://www.sas.sc.gov.br/index.php/conselhos/conjuve/4-conferencia-estadual-das-juventudes>.

Acesso em outubro de 2023.

4. SOLENIDADE DE ABERTURA

No dia 24 de outubro de 2023 sucedeu-se, às 9h, a Solenidade de Abertura oficializando o início da 4ª Conferência Estadual das Juventudes. Em concordância com os objetivos gerais e específicos da Conferência, a Mesa protocolar de Abertura fora integrada pelas seguintes autoridades:

- Elisiani Cristina de Souza de Freitas Noronha - Diretora de Direitos Humanos - DIDH – SAS, representando a Secretária de Estado da Assistência Social, Mulher e Família, a senhora Maria Helena Zimmermann;
- Samara Freitas da Silva – Presidente do Conselho Estadual da Juventude de Santa Catarina.
- Deputado Estadual Mario Motta – representando a Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC).
- Deputado Estadual Marcos José de Abreu (Marquito) – representando a Frente Parlamentar da Juventude – ALESC.
- Bruna Paola – Coordenadora Geral da Diretoria de Programas e Projetos da Secretaria Nacional da Juventude;
- Matheus Diniz de Souza - Secretário Executivo do Conselho Nacional da Juventude.

- Myriane Gonçalves da Silva Porto – Gerente de Políticas para Crianças, Adolescentes e Jovens, Presidente da Comissão de Organização Estadual (COE).
- Brenda Neves - Secretária Estadual da JPT.
- Anna Julia Rodrigues – Presidente da CUT/SC.
- Lucas Maldaner – Representante da FETRAF/SC.
- Jaison Gasperi – Assessoria Administrativo e Financeiro do IEE

A Solenidade foi conduzida por mestre de cerimônia que registrou a presença das autoridades e, na sequência, concedeu a palavra aos integrantes da mesa para o seu pronunciamento.

Bruna Paola iniciou seu pronunciamento saudando os presentes em nome do Secretário Nacional de Juventude, Sr. Ronald Sorriso, Secretário Nacional da Juventude do Governo Federal. Em seu discurso ressaltou a importância da participação social democrática, retomada neste governo, pois desde o ano 2015 não houve realização das Conferências envolvendo os temas relativos às juventudes no Brasil. Ressaltou também que naquele ano não havíamos passado pela Pandemia da COVID-19 que mudou o cenário sanitário e socioeconômico, portanto, os desafios são outros. Sendo assim, este espaço torna-se muito importante para conhecer o que as juventudes necessitam atualmente. Ainda, relatou que a juventude é o futuro, mas precisamos conhecer o que a juventude quer e precisa hoje para que possamos construir as políticas públicas que tenham impacto efetivo na vida das juventudes.

Matheus Diniz de Souza manifestou em seu discurso que a presença de todas as organizações e suas representações respaldam esse espaço de diálogo que foi retomado, sendo uma previsão legal a sua realização. O Governo, a partir da escuta, da participação social promove a construção coletiva das políticas públicas em nosso país. Parabenizou todos os participantes que se mobilizaram para estarem presentes neste processo que vem contribuindo muito com a participação da juventude, pois faltam espaços na gestão para pensar as políticas públicas nos municípios. Neste sentido, torna-se essencial incentivar a criação de novos conselhos da juventude nos municípios que ainda não contam com esse espaço de controle social, bem como apoiar aqueles que já possuem. Além disso, trouxe dados preliminares sobre a

realização das Conferências Municipais sendo que até aquela data, haviam sido realizadas 1.192 conferências municipais e/ou regionais em 20 (vinte) Estados, restando 07 (sete) Unidades da Federação enviarem dados para a Secretaria Nacional das Juventudes. Matheus relatou que muitas propostas estão chegando e são valiosas para auxiliar o Governo Federal na implementação do Estatuto da Juventude sendo muito emocionante perceber o despertar de novas lideranças para contribuir com o nosso país.

O Deputado Estadual de Santa Catarina, Marquito, chamou atenção para a palavra “juventudes”, dizendo que deve ser escrita no plural mesmo, pois indica a sua pluralidade englobando os jovens do campo, da cidade, das periferias, os indígenas, os ambientalistas com todas as suas diversidades. Assim, por meio da democracia participativa e a partir das bases dentro de um processo amplo, diverso e plural devem ser ouvidas. O Deputado parabenizou por toda a construção do processo democrático com debate desde os municípios, pontuou a importância do processo democrático e do retorno da democracia em nosso país. Além disso, mencionou que é a partir desse processo de debate que será fomentado o planejamento orçamentário para as demandas apontadas pelas juventudes. Ao final, deixou a Frente Parlamentar das Juventudes à disposição para trabalhar em conjunto e a partir das demandas prioritárias levantadas no evento.

O Deputado Estadual de Santa Catarina, Mário Motta saudou todos/as os presentes e pontuou a faixa etária que engloba a juventude, sendo considerada desde os 15 aos 29 anos e que marca o período entre a infância e a idade adulta. Na sequência fez um relato pessoal da sua juventude e de sua trajetória na mobilização estudantil organizada em diversos locais. Sendo assim, menciona o período da Ditadura Militar no qual tentou-se silenciar a voz da juventude e que poucos jovens reunidos já eram considerados subversivos. Continua sua fala relatando que hoje em dia a juventude está vivenciando um momento diferente com direito a se manifestar com maior liberdade e que isso também acarreta maiores responsabilidades. Para finalizar relata que a juventude também pode ser considerada um “estado de espírito”, ressalta a importância do espaço da conferência para que sejam discutidos temas relevantes para a juventude que é o futuro que se faz no presente.

A presidente do Conselho Estadual da Juventude, Samara Freitas da Silva relatou a sua emoção ao lembrar a sua trajetória e militância política desde a juventude. Também, menciona que foi para o CONJUVE com o propósito de trazer, para esse importante órgão deliberativo e fiscalizador, todas as juventudes do Estado de Santa Catarina, incluindo os mais inviabilizados e, principalmente, as do campo e do mar, pois representa a Secretaria de Agricultura/EPAGRI. Porém, menciona que todas as juventudes estão invisibilizadas. Ainda, agradece o apoio da Sociedade Civil Organizada relatando que faz parte do Governo Estadual e que faz oposição as práticas que não atendem as necessidades dos diversos segmentos juvenis. Não é uma oposição por oposição, mas uma oposição à falta de políticas públicas para as juventudes do Estado de SC. Samara finaliza sua fala mencionando que após a Conferência um grande trabalho precisará ser realizado que vai necessitar do esforço de todos, Sociedade Civil e Governo, que pode ser com embates de ideias, mas sempre com carinho e respeito pelas lutas em comum.

A Diretora de Direitos Humanos da Secretaria de Estado da Assistência Social Mulher e Família – SAS, Sra. Elisiane Noronha, representando a Secretária de Estado da Assistência Social, Maria Helena Zimmerman fez a sua saudação e relatou sua emoção em estar dividindo a mesa com tantas representações importantes, em especial fazendo saudação à Samara e de sua trajetória de lutas em parceria. Elisiane menciona que apesar das dificuldades e dos problemas, a Secretaria de Estado fez o possível para que a Conferência acontecesse e que as suas deliberações sejam levadas à Brasília. Ainda, acredita que as políticas públicas só vão ser efetivadas quando ocorrer a união entre o Governo e a Sociedade Civil Organizada. Assim, a exemplo da Conferência que só foi possível com a participação e auxílio de vários atores e de várias mãos. Finaliza fazendo agradecimento a todos e desejando um ótimo trabalho para que seja possível levar excelentes propostas à etapa nacional.

O Conselho Estadual da Juventude de Santa Catarina – CONJUVE/SC, órgão colegiado, de caráter consultivo, vinculado à Secretaria de Estado da Assistência Social Mulher e Família – SAS, tem como finalidade de estudar, analisar, discutir, propor, avaliar e articular políticas públicas de atenção e apoio à juventude que contribuam para a sua inclusão e afirmação nos campos educacional, cultural, político, social e do trabalho, do esporte, lazer e saúde.

Registra-se ainda que o evento faz parte do ciclo conferencial que se iniciou

com a convocação da 4ª Conferência Nacional da Juventude realizada por meio do decreto nº 11.619 de 25 de julho de 2023, de responsabilidade da Secretaria Nacional da Juventude e Conselho Nacional da Juventude regidos pelos princípios e diretrizes estabelecidos no Estatuto da Juventude. O ciclo compreende a realização das conferências municipais/regionais, estaduais e nacional sendo um espaço amplo, democrático, de discussão e articulação coletiva.

Às nove horas e trinta e sete minutos (9h37) do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e vinte e três foi declarada, pelas senhoras Samara e Elisiani, a abertura oficial da *4ª Conferência Estadual das Juventudes* sendo desfeita a mesa dando prosseguimento as atividades participativas do evento.

5. REGIMENTO INTERNO

Na sequência da Solenidade de Abertura, a Comissão Organizadora da Conferência (COE) realizou a leitura do regimento interno ressaltando a importância de todos os presentes prestarem atenção, pois enfatizou que o regimento interno é o conjunto de normas que rege o funcionamento das atividades da conferência. A COE manifestou solidariedade aos jovens que não puderam estar presentes em virtudes das enchentes proveniente do grande volume de chuvas dos últimos dias do mês de outubro. Ainda, explicou-se que o COE deixou o Regimento Interno disponível para consulta pública e sugestões de alterações entre os dias 17 a 20 de outubro, por meio de formulário *Google Forms*. Porém, não foram recebidas nenhuma manifestação do público interessado.

Dentre os assuntos tratados neste momento, a COE solicitou aprovação dos participantes para alteração do regimento interno destinando a reserva de 02 vagas para os municípios da AMPLANORTE na eleição dos delegados seguindo os critérios definidos em regimento. Pois, a região realizou a etapa regional da Conferência, mas em virtude das condições climáticas e as consequências das enchentes que assolaram a região, os delegados eleitos não puderam se fazer presentes nesta etapa estadual. Sendo assim, os 10 (dez) municípios da região merecem se fazer representados e defender as suas propostas na Conferência Nacional da Juventude, o que foi aprovado por unanimidade dos presentes.

Houve o registro de correção do artigo 28 em que mencionava Conferências Estaduais quando o correto seria Nacional. E com a correção do referido artigo o texto

final aprovado foi “A Conferência Estadual elegerá delegados(as) para a Conferência Nacional”.

Algumas dúvidas foram esclarecidas com relação aos procedimentos e na sequência o Regimento Interno da 4ª Conferência Estadual das Juventudes do Estado de Santa Catarina foi aprovado por unanimidade.

6. PALESTRA MAGNA

Dando prosseguimento à programação da 4ª Conferência Estadual das Juventudes SC, a Conselheira Titular representando o Instituto Catarinense de Juventude – ICJ, Adrielle Albertti proferiu a Palestra Magna intitulada: “*Políticas Estaduais da Juventude*” buscando embasar e fomentar as discussões que viriam na sequência durante os Grupos de Trabalho (GTs).

Adrieli iniciou saudando a plateia e questionando entre os presentes quantos já haviam participado das Conferências anteriores e, assim, destacou que várias pessoas estavam experienciando esse importante momento pela primeira vez, principalmente os mais jovens, visto que a última ocorreu há 8 (oito) anos. Logo, expos que os presentes estavam representando os 1,5 milhões de jovens catarinenses, o que se configura em uma grande oportunidade e responsabilidade. A palestrante ilustrou com dados sobre o censo populacional e explicou que o bônus demográfico do passado em que existia maior número de jovens está diminuindo em contrapartida do envelhecimento populacional. Ainda, trouxe informações importantes provenientes de sua pesquisa de mestrado fazendo um resgate histórico sobre as três Conferências anteriores. A primeira foi realizada no ano de 2008, na qual o principal objetivo foi a busca por uma Política Nacional da Juventude. A segunda, em 2011 tratou da era digital e sobre o direito à diversidade, visto que as juventudes são múltiplas. A terceira realizada em 2015 foi extremamente turbulenta, pois apesar do Conselho Nacional da Juventude ter sido criado em 2009, até aquela data não havia sido realmente efetivado. Portanto, o momento histórico daquela conferência foi extremamente importante para a realização do embate de ideias e a luta dos jovens resultando na efetivação do CONJUVE em 2016, sendo que Santa Catarina foi um dos últimos estados brasileiros a concretizar o seu Conselho Estadual de Direitos para este segmento populacional.

Expressou brevemente o funcionamento do CONJUVE que é paritário, como também mencionou que dentre os 295 municípios catarinenses apenas 69 possuem legislação e somente 12 estão em funcionamento, os quais devem ser acompanhados para que seja cumprido o caráter paritário e deliberativo deste órgão de controle social. Na sequência tratou da questão dos Fundos Públicos de natureza especial em que se torna necessária a ampla criação para o financiamento de ações na área da juventude nas três esferas de governo, pois é nos municípios que as políticas públicas acontecem de forma mais ampla para atender os cidadãos mais jovens. Sendo assim, reforça que política pública sem recurso é apenas discurso e que atualmente os conselhos não têm dinheiro para as suas ações. Para finalizar abordou os seguintes temas: anteriormente no Plano Plurianual (PPA) de SC não havia nenhuma referência sobre a juventude e após muita luta, hoje em dia já aparece; a diversidade da juventude e a questão racial é muito importante de ser debatida, pois a juventude negra é a que mais morre no nosso estado. Encerrou a apresentação com a frase: “Definam juventude em uma palavra: eu definiria em sonhos, portanto, convido vocês a lutar para efetivar sonhos”.

7. SISTEMATIZAÇÃO DAS PROPOSTAS

Conforme documento orientador emitido aos municípios pela Resolução CON/CONJUVE/SNJ/SGPR/PR nº1, de 11 agosto de 2023 ficou estabelecido as regras para a realização das etapas Municipais, Regionais, Etapas Livres e Temáticas bem como a forma de credenciamento para delegados(as) com seus quantitativos expressos pelos números populacionais do IBGE em 2023.

Os relatórios com propostas, atas, moções e contribuições diversas aprovados em todas as etapas seguiram o modelo proposto na referida resolução e foram encaminhadas para o e-mail: 4confjvsc@sas.sc.gov.br pelas respectivas comissões organizadoras até 10 dias após a realização de cada etapa com limite máximo de entrega estipulado até o dia 05 de outubro de 2023.

Para o debate das propostas na Conferência Estadual das Juventudes, a Comissão da Organização da Estadual - COE recebeu um total de 340 propostas, sendo 232

propostas para o Estado e 118 proposta a nível Nacional. As propostas admitidas foram sugeridas dentre as 16 etapas, sendo 10 municipais, 4 regionais e 2 livres, realizadas conforme abaixo elencadas:

- AMARP (13 municípios participantes)
- AMNOROESTE (8 municípios participantes)
- AMOSC (19 municípios participantes)
- AMPLANORTE (8 municípios participantes)
- Blumenau
- Bombinhas
- Criciúma
- CASE - Centro de Atendimento Socioeducativo Feminino - Florianópolis
- CASE - Centro de Atendimento Socioeducativo Masculino - Florianópolis
- Florianópolis
- Imbituba
- Itajaí
- Palhoça
- Porto Belo
- São José
- Tubarão

Destaca-se que para cada etapa realizada foi solicitado o envio de duas propostas para o Estado e uma para a Nacional dentro de cada um dos 12 eixos temáticos.

7.1 GRUPOS DE TRABALHO

A Conferência Estadual das Juventudes é um espaço de grande relevância para o debate das Políticas Públicas, portanto é o ambiente propício para a participação social assegurando momentos de discussão, avaliações das ações governamentais e para deliberações de propostas estaduais e nacionais.

O doze (12) eixos propostos para as deliberações da conferência estadual foram agrupados em quatro (04) grupos de trabalhos (GT's) definidos pela Comissão Organizadora Estadual – COE e expressos no Regimento da Conferência. Assim após

a Palestra Magna os quatro Grupos de Trabalho foram encaminhados para suas respectivas salas de trabalho.

Os eixos foram agrupados por áreas afins e estavam divididos entre os grupos da seguinte forma:

GRUPO 1

I - Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil;

IV - Direito à Diversidade e à Igualdade;

VII - Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão;

XI - Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça

GRUPO 2

II - Direito à Educação;

VI - Direito à Cultura;

VIII - Direito ao Desporto e ao Lazer.

V - Direito à Saúde.

GRUPO 3

III - Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda.

XII - Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE

GRUPO 4

IX - Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente;

X - Direito ao Território e à Mobilidade

As propostas municipais e regionais encaminhadas à CONJUVE, por eixos, pelos representantes regionais apresentaram a seguinte composição quanto ao número:

Quadro 2 – Síntese do números de propostas de acordo com cada eixo temático da 4ª Conferência Estadual das Juventudes de Santa Catarina, 2023.

PROPOSTAS	EIXOS											
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII
ESTADUAL	22	25	29	30	24	22	21	21	20	20	24	17
NACIONAL	9	13	16	12	11	10	10	12	11	11	14	9
TOTAL	340 (Trezentas e quarenta) propostas											

7.1.1 GRUPO 1:

Das Conferências Municipais foram recebidas 142 propostas para os trabalhos do Grupo 1; sendo 31 propostas para o Eixo I – “**Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil**” divididas em 22 destinadas à esfera estadual e 09 à nacional; e 42 propostas para o Eixo IV – “**Direito à Diversidade e à Igualdade**” com 30 destinada à esfera estadual e 12 à nacional. No Eixo VII – “**Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão**” foram 21 para a esfera estadual e 10 à nacional. Como também, no Eixo XI – “**Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça**” foram 38 propostas enviadas pelos municípios catarinenses, destas 24 destinadas a esfera estadual e 14 à nacional, conforme quadro abaixo:

Quadro 3 – Síntese do número de propostas do Grupo 1 realizado na 4ª Conferência Estadual das Juventudes de Santa Catarina, 2023.

PROPOSTAS	EIXO I	EIXO IV	EIXO VII	EIXO XI
Estado:	22	30	21	24
União:	09	12	10	14
TOTAL: 142				

Para o início da discussão o Grupo 1 contava com 30 participantes, dentre 10 delegados, 20 observadores, 1 coordenador, 1 mediador e 1 responsável pela relatoria. A coordenação pela parte da manhã ficou sob a responsabilidade da Victória Salgado Figueiredo Gomes e pela parte da tarde da Brenda Neves. Portanto, Vitoria iniciou explicando o funcionamento do Grupo de Trabalho.

Inicialmente, os participantes do Grupo 1 sugeriram que fosse disponibilizado o link da planilha Excel que continha a organização das propostas provenientes dos municípios pelo grupo de WhatsApp sobre os Informes da Conferência para que todos pudessem ter acesso nos seus celulares e conhecimento para as discussões.

Logo, definiu-se que todas as propostas de cada eixo seriam lidas anteriormente as discussões, iniciando pelas estaduais e depois as propostas nacionais. Ao término da leitura das propostas do Eixo I, os participantes já perceberam que muitas propostas se repetiam. Portanto, a coordenação do GT foi

levando as propostas parecidas para documento word e agrupando as semelhantes para debate junto com os participantes. Sendo assim, durante o intervalo do almoço, a relatoria preparou o documento com a organização das propostas para as atividades do período da tarde.

Após a pausa do almoço, conforme previsto na programação da Conferência, o Grupo 1 se reuniu novamente para desenvolver o debate buscando aglutinar da melhor maneira possível e melhorar as propostas. Sendo assim, a coordenação e relatoria retomaram a leitura e finalização do Eixo I para após começar nos próximos eixos.

A partir do documento organizado em word, a coordenação explicou novamente a metodologia de trabalho para que os novos participantes do período da tarde pudessem ficar a par. Portanto, no decorrer da leitura, os participantes solicitavam destaques para que a proposta pudesse ser mais bem debatida e melhorada posteriormente. Sendo assim, a relatoria deixava o texto na cor vermelha e acrescentava o nome das pessoas que solicitaram o destaque para que pudessem apresentar suas ideias. Além disso, os membros do GT sugeriam a união de propostas parecidas e a alteração do texto. Todos tiveram direito a fala com a exposição de suas manifestações. Com isso, foram sistematizadas 32 propostas que foram elencadas como prioritárias entrando para votação para serem eleitas a nível estadual e nacional e, assim, levadas para a apresentação na plenária final da Conferência. No Eixo I – foram levadas a votação 05 propostas na esfera estadual e 03 a nível nacional; no Eixo IV – foram levadas a votação 04 propostas na esfera estadual e 04 à nível nacional; no eixo VII - foram levadas a votação 03 propostas na esfera estadual e 03 à nível nacional e no Eixo XI - foram levadas a votação 04 propostas na esfera estadual e 06 à nível nacional, conforme ordem de prioridade disposta no quadro abaixo.

Quadro 4 – Propostas prioritárias eleitas pelo Grupo 1

Eixos	Propostas	
	Estadual	Nacional
EIXO I - Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e Representação Juvenil	1. Propõe-se criar uma Coordenadoria de Juventude no Município para fortalecer o Conselho Municipal de Juventude, alocação de recursos no orçamento para orçamento participativo jovem e incentivar o Fórum Eletivo da Sociedade Civil, campanhas de engajamento, recursos e assistência técnica para políticas de juventude e reativação dos Conselhos Municipais de Juventude.	1. Nacionalizar a iniciativa da Casa da Juventude como espaço de formação política, cultural e profissional em todos os municípios para serem utilizadas e geridas por coletivos e/ou entidades de juventude por meio de editais normativos, levando em consideração espaços ou prédios públicos não utilizados
	2. Fomentar a criação de grêmios nas escolas de ensino básico público e privado, com ampla participação de todos os níveis de ensino e tornar obrigatórias eleições periódicas de grêmios estudantis.	2. Garantir a efetividade do Conselho Nacional da Juventude por meio de um programa nacional de articulação, acompanhamento, consultoria e financiamento aos Conselhos Municipais e Estaduais de Juventude a partir da criação de fundos de políticas públicas de juventude, nas três esferas administrativas.

	3. Propõe-se a criação de uma Coordenadoria de Juventude no Município para fortalecer o Conselho Municipal de Juventude, alocar recursos no orçamento para um orçamento participativo jovem, incentivar o Fórum Eletivo da Sociedade Civil e apoiar campanhas de engajamento, oferecendo recursos e assistência técnica para políticas de juventude, bem como promovendo a reativação dos Conselhos Municipais de Juventude.	3. Criação de uma Ouvidoria Jovem, que seja um espaço seguro e um meio de comunicação com a finalidade de democratizar o acesso à informação relevante relacionada à rede de apoio da juventude egressa do sistema prisional e socioeducativo, como cartilhas digitais de acesso a saúde, educação e a assistência social; perfis de Instagram e TikTok com informações sobre como realizar esse acesso.
	4. Implementar cotas para a juventude nas candidaturas é uma estratégia importante para garantir a representação efetiva dos jovens nos conselhos. Essas cotas asseguram a inclusão de jovens em posições de liderança e influência, permitindo que contribuam de maneira significativa nas decisões que afetam suas vidas. Além disso, promovem a diversidade e a participação ativa dos jovens na elaboração e implementação de políticas públicas, fortalecendo assim o engajamento e a representatividade dessa faixa	

	etária.	
	5. Mapear grupos ativos em escolas e universidades para ampliar o engajamento dos jovens e promover a divulgação das ações. Envolver profissionais da educação para melhorar o bem-estar dos alunos. Implementar visitas regulares do Conselho Tutelar e contratar psicólogos para apoiar os jovens na escola e em suas famílias.	
EIXO IV - Direito à Diversidade e à Igualdade	1. Propõe-se a criação de um fundo pelo Sistema "S" para promover cursos profissionalizantes e empreendedorismo em parceria com empresas locais, enfocando pessoas em situação de vulnerabilidade, como negros, mães solo, PCDs, pessoas trans e travestis, visando a geração de emprego e renda. Além disso, busca-se disponibilizar oportunidades de trabalho para menores infratores e assegurar igualdade de direitos no mercado de trabalho, com foco especial em grupos sub-representados, como mulheres, deficientes, negros, LGBTQIAP+, indígenas, ciganos, ribeirinhos,	1. Bolsas verdes para população negra, mulheres, jovens e LGBTQIA+ que trabalham como catadores de reciclagem e estão inscritas no CADÚNICO, no valor de 01 (um) salário-mínimo nacional.

	quilombolas, povos do campo, das águas e egressos de medidas socioeducativas.	
	2. Propõe-se tornar a aprendizagem dos idiomas LIBRAS e braille obrigatória nos níveis de ensino fundamental, médio e superior, acompanhada por formação contínua dos educadores e a disponibilização de recursos didáticos essenciais para garantir a qualidade das atividades educacionais.	2. Vincular os ambulatórios trans ao Serviço Único de Saúde (SUS) de modo a capilarizar as unidades pelos municípios, além de promover a formação de profissionais da rede para que sejam capacitados ao atendimento da população trans em todos os equipamentos, e garantir a ampliação a ampliação dos seus horários de atendimento, abrangendo o período noturno
	3. Começar a implementação do projeto “Praça Jovem” ofertando aos bairros quadras poliesportivas que disponha de bebedouro com água potável, iluminação de qualidade e segurança. Bem como, disponibilizar a contratação de um monitor que tenha como função zelar pelo ambiente e oferecer materiais esportivos de uso comum. Incluir espaços para expressões artísticas como grafite, dança, música e ambientes acessíveis como rampas, piso tátil, bola adaptada com um guizo Incentivo à construção de praças para praças de skate e palcos fixo	3. Propõe-se implementar a formação obrigatória em Direitos Humanos para as forças de segurança pública e ampliar as políticas de igualdade racial, inclusão de diversidade, e promoção de direitos em currículos escolares. Além disso, destaca-se a importância da presença de profissionais da psicologia e serviço social nas escolas, oferta de cursos profissionalizantes acessíveis e disseminação de informações anti-opressão nas redes sociais governamentais. A capacitação de professores para lidar com a discriminação e a inclusão de temas étnicos, raciais, de deficiência, orientação sexual, gênero, e violência doméstica e sexual na formação de

	para eventos culturais públicos sobre conscientização das diversidades;	diversos profissionais são medidas cruciais para promover uma sociedade mais inclusiva e igualitária.
	4. Programação e incentivo cultural voltada aos povos indígenas e afrobrasileiros a exemplo dos programas da Lei 10.639, ampliando para Universidades Federais e Institutos Federais.	4. Implementar e fiscalizar ações transversais que envolvam formação obrigatória em Direitos Humanos para os profissionais da educação, saúde, segurança pública e dos operadores do direito; elaborar material informativo de combate às opressões a ser informado nas redes sociais governamentais, com enfoque nas juventudes negras, periféricas, mães solos, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiências físicas, intelectuais, transtornos mentais e nos Povos e Comunidades Tradicionais (PCT); promoção da igualdade racial e combate ao racismo e ampliação de direitos por meio de projetos e políticas de educação, cultura, lazer e trabalho focados nas juventudes negras, periféricas, mães solos, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiências físicas, intelectuais, transtornos mentais e nos Povos e Comunidades Tradicionais (PCT)

VII - Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão	1. Implementar educação midiática nas escolas, com o estímulo do tema "Comunicação Social", com foco no Ensino Médio. Isso envolve promover a responsabilidade dos agentes difusores de conteúdo e melhorar a infraestrutura de comunicação escolar, incluindo desde acesso a equipamentos até a capacitação em tecnologia e informação.	1. Propõe-se expandir o acesso à internet de alta qualidade para áreas rurais e comunidades tradicionais, visando a democratização da comunicação. Isso inclui a ampliação da infraestrutura de telecomunicações, fiscalização rigorosa das operadoras e a criação de telecentros públicos, pontos de internet livre em espaços públicos, instalação de internet em todas as escolas e disponibilização de pacotes residenciais subsidiados para a classe popular.
	2. Propõe-se garantir um horário dedicado ao "Hora do Estudante" em canais públicos e oficiais de rádio, televisão e internet, permitindo que entidades juvenis e estudantis organizem debates e discussões. Essa iniciativa visa promover a participação ativa dos jovens na esfera pública e fornecer um espaço valioso para suas vozes e ideias.	2. Promover o jornalismo independente e/ou comunitário por meio de editais de incentivo, destinado a estudantes da área de Comunicação e agentes comunitários, e da desoneração fiscal e apoio à aquisição de equipamentos de comunicação para veículos de mídia alternativa.

	3. Propõe-se a criação de um Concurso Municipal de Artes, englobando diversas formas de expressão, como redação, desenho, texto crítico, poesia, cinema, entre outras, com a oferta de prêmios como incentivo. Essa iniciativa visa promover e reconhecer talentos artísticos em várias áreas, incentivando a criatividade e a participação ativa na cultura local.	3. Propõe-se a criação de uma cartilha de educação constitucional que combata o discurso de ódio e desinformação, com o intuito de ser distribuída nas escolas públicas. Essa iniciativa visa promover a compreensão dos princípios constitucionais, ressaltando a importância de respeitar a diversidade e combater notícias falsas.
XI - Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça	1. Propõe-se a instituição do feriado do Dia da Consciência Negra em todas as cidades de Santa Catarina, acompanhado de incentivo financeiro para a realização de eventos culturais neste dia. Esses eventos incluirão palestras de conscientização, atividades educativas, música e expressões artísticas, com o objetivo de celebrar a diversidade e promover o entendimento da história e cultura afro-brasileira.	1. Revisar a Lei de Drogas do Brasil, reconhecendo que ela resulta na prisão em massa da juventude, com um impacto desproporcional sobre a população negra e periférica.
	2. Propõe-se a desmilitarização da Polícia Militar, à população negra, pobre e marginalizada são os principais alvos desse genocídio, defendemos a criação de agentes comunitários de	2. Propõe-se defender a expansão, aprimoramento e fortalecimento das delegacias e agências de investigação dedicadas à prevenção e combate da violência contra jovens, focando especialmente em questões

	segurança pública desvinculados da estrutura militar, visando promover uma relação comunitária e eficaz entre a polícia e as comunidades.	como pedofilia, homofobia, violência contra a juventude negra, a comunidade LGBTQIA+ e mulheres jovens.
	3. Propõe-se a implantação da defensoria pública em comarcas que ainda não contam com esse serviço essencial. Além disso, busca-se aprimorar as atividades de ressocialização no cumprimento de medidas socioeducativas e no sistema prisional, por meio de ações educacionais, cursos técnicos e palestras para a população carcerária. O objetivo é promover a inclusão dos jovens egressos de medidas socioeducativas e do sistema penitenciário no mercado de trabalho, cumprindo assim sua função socioeducativa e de reintegração social.	3. Propõe-se a criação de um programa que simplifique o acesso à assistência jurídica gratuita para jovens residentes em comunidades e em situação de vulnerabilidade, em conjunto com a Defensoria Pública. Isso visa proporcionar uma maior acessibilidade à justiça para esse grupo de jovens.
	4. Propõe-se a garantia de bolsas de estudo de até 50% no ensino superior para indivíduos que tenham cumprido pena restritiva de liberdade e concluído o ensino médio durante ou após o cumprimento da pena. Além disso, visa-se oferecer incentivos fiscais às empresas que contratarem	4. Propõe-se a formação de uma equipe especializada dentro do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) focada no atendimento à juventude que cumpre medidas socioeducativas. O objetivo é aprimorar a qualidade e eficiência dos procedimentos de encaminhamento para medidas em meio aberto, como Liberdade

	jovens egressos de medidas socioeducativas e do sistema penitenciário nacional. Para promover a reintegração, propõe-se a oferta de cursos profissionalizantes aos egressos, abrindo oportunidades de emprego em empresas parceiras, com possibilidade de abatimento de impostos de acordo com o número de vagas preenchidas.	Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade, garantindo uma abordagem adequada e respeitosa para a reintegração social desses jovens.
		5. Elaborar o Relatório Nacional de Segurança da Juventude, abordando questões de maneira interseccional e intersetorial, contando com dados sobre racismo, misoginia e LGBTfobia, entre outros temas transversais às opressões sociais.
		6. Melhorar o funcionamento do 180.

Após a votação para as propostas prioritárias, devido ao grande número de propostas alocadas neste GT, a complexidade dos temas debatidos e o adiantado do horário definiu-se que alguns participantes do grupo, os quais pediram destaque e defenderam as propostas elencadas iriam melhorar o texto para serem apresentadas no dia seguinte na plenária final.

Além disso, cabe destacar abaixo alguns pontos importantes que foram levantados pelos jovens que compuseram este Grupo de Trabalho:

Na esfera estadual foi discutida a necessidade de garantir a participação efetiva da juventude em todos os Conselhos de Direitos da Juventude, como também em nível nacional a importância de garantir a Continuidade do Conselho Nacional da Juventude.

A preocupação sobre a violência dentro das escolas e que os professores estão amedrontados. Foi relatado que projetos que contenham a palavra “gênero” e que abordem temas voltados a sexualidade humana (orientação sexual e identidade de gênero) têm dificuldade de serem implementados. Além disso, comentou-se que os professores que trabalham com essas questões costumam sofrer represálias e que vários políticos que defendem pautas conservadoras costumam influenciar no desenvolvimento das ações que devem ser desenvolvidas no ambiente escolar. No entanto, defendeu-se que os professores devem ter autonomia dentro da sala de aula e que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação deve ser protegida, bem como as Diretrizes que avançam em Direitos Humanos não podem retroceder. A educação sexual faz parte dos temas transversais que devem ser abordados no ambiente escolar e que não tratar deste tema com o debate e a informação pode favorecer os casos de abusos. Além disso, tratou-se sobre a importância do combate da intolerância religiosa e sexual, bem como do respeito à inclusão e à diversidade humana.

Tratou-se sobre a criação de um órgão (pasta) voltada para a juventude dentro dos governos municipais, a importância de fortalecer os conselhos municipais e que possam receber o apoio administrativo e infraestrutura necessária das prefeituras.

Sugestão para que outros conselhos de políticas públicas, principalmente dos direitos humanos tenham espaço/cotas para jovens, porém torna-se necessário debater sobre tais critérios para participação da representação jovem.

Em relação a representatividade política, elogiou-se o projeto “Prefeito por Um Dia” que abre oportunidade para que jovens vivenciem o cotidiano da administração pública. E, na escolha dos representantes da juventude que devem ocupar os cargos na gestão pública não devem ser utilizados critérios políticos, mas levado em consideração as lideranças que atuam e defendem as pautas da juventude.

A criação de espaços físicos que possam acolher e dar oportunidade para que coletivos de juventudes e suas diversidades possam desenvolver atividades.

A necessidade de lutar para garantir a continuidade das conferências com a sua devida periodicidade legal. Apoio financeiro e programas de empregabilidade aos jovens que compõem as minorias por meio de bolsas e auxílios emergenciais como por

exemplo: catadores de materiais recicláveis, jovens em medidas socioeducativas.

Necessidade de aprofundar o debate sobre a atual Política Sobre Drogas levando em consideração a diferenciação entre quantidades, tipos de drogas, uso medicinal e na abordagem realizada pela polícia.

Abordagem violenta das forças de segurança pública, principalmente com os jovens negros e periféricos que discrimina e causa muitas mortes.

A saúde da população transgênero e a abordagem discriminatória que geralmente acontece nos serviços de saúde. Nesse sentido, foi elogiada a existência dos ambulatórios de atendimento próprios à essa população (“Ambulatrans”) que apesar de segmentar proporciona um atendimento mais acolhedor e diferenciado.

Democratização do acesso à internet e a necessidade de estimular o jornalismo comunitário.

Necessidade de fomentar projetos de valorização da cultura afro-brasileira e indígena aos moldes da Lei 10.639, principalmente nas escolas, mas na sociedade como um todo.

O Grupo 1, apesar do cansaço pelo grande número de propostas e profundidade dos debates, ficou satisfeito com o trabalho realizado, sendo finalizada as atividades com uma salva de palmas e uma foto dos participantes.

7.1.2 GRUPO 2:

Das Conferências Municipais foram recebidas **144** propostas para os trabalhos do Grupo 2; sendo 38 propostas para o Eixo II – **“Direito à Educação”** divididas em 25 destinadas à esfera estadual e 13 à nacional; e 32 propostas para o Eixo VI – **“Direito à Cultura”** com 22 destinada à esfera estadual e 10 à nacional. No Eixo VIII – **“Direito ao Desporto e ao Lazer”** foram 21 para a esfera estadual e 12 à nacional. Como também, no Eixo V – **“Direito à Saúde”** foram 35 propostas enviadas pelos

municípios catarinenses, destas 24 destinadas a esfera estadual e 11 à nacional, conforme quadro abaixo:

Quadro 5 – Síntese do número de propostas do Grupo 2 realizado na 4ª Conferência Estadual das Juventudes de Santa Catarina, 2023.

PROPOSTAS	EIXO II	EIXO VI	EIXO VIII	EIXO V
Estado:	25	22	21	24
União:	13	10	12	11
TOTAL: 144				

O Grupo 2 contou com a presença de 11 participantes, todos delegados, 1 coordenador, 1 mediador e 1 responsável pela relatoria. A coordenadora iniciou os trabalhos cumprimentando e solicitando que cada participante se apresentasse e na sequência, o grupo procedeu a leitura da Seção I do Regimento Interno, que trata da metodologia e do funcionamento geral dos trabalhos de grupo em relação a cada eixo. Para a realização dos trabalhos no Grupo havia à disposição equipamento multimídia (computador e tela) para a visualização das propostas enviadas pelas instâncias representativas.

O trabalho foi desenvolvido por eixos. Iniciando sempre com as propostas submetidas na etapa nacional. As propostas eram apresentadas na tela e lidas e/ou relidas e os interessados em fazer os destaques se apresentavam e os registros eram feitos pela relatoria e também marcadas em destaque pela coordenadora.

Muitas propostas traziam o mesmo teor, com redação diferente, então o grupo e a coordenação fizeram apontamentos no sentido que juntar as propostas de mesmo significado. Foi combinado de que a relatoria, a coordenação e mediadora preparariam uma sistematização das propostas semelhantes no intervalo, para a continuidade dos trabalhos no período da tarde.

Após o intervalo do almoço, conforme previsto na programação da Conferência, o Grupo 2 voltou a se reunir e deu continuidade às leituras das propostas apresentadas e elencou as prioritárias para levar à Assembleia final para votação por parte dos delegados presentes.

O Grupo 2 recebeu para apreciação, 92 propostas estaduais e 46 nacionais,

nos quatro eixos. Destas, foram elencadas e votadas pela maioria como prioridades para levar à assembleia Final, no **âmbito Estadual**: Eixo II- Direito à educação 07 propostas no “Eixo V- Direito à saúde 04 propostas; no Eixo VI – Direito à Cultura 03 propostas; no Eixo VIII – Direito ao Desporto e a Lazer 02 propostas. **No âmbito Nacional** foram selecionadas: 07 propostas no Eixo II Direito à educação; 06 propostas no “Eixo V- Direito à saúde; 03 propostas no Eixo VI – Direito à Cultura e 05 propostas no Eixo VIII – Direito ao Desporto e a Lazer. 05 propostas.

As Propostas tiveram a seguinte votação para esta definição final: **Eixo II- Direito à educação (Estadual)**: proposta 1 (0 votos); proposta 2 (0 votos); proposta 3 (1 voto); proposta 4 (7 votos); proposta 5 (4 votos); proposta 6 (3 votos); proposta 7 (2 votos); proposta 8 (0 votos). **II- Direito à educação (Nacional)**: proposta 1 (10 votos); proposta 2 (7 votos); proposta 3 (7 votos); proposta 4 (0 votos); proposta 5 (1 voto); proposta 6 (3 votos); proposta 7 (0 votos).

Eixo V- Direito à saúde (Estadual): proposta 1 (5 votos); proposta 2 (5 votos); proposta 3 (3 votos); proposta 4 (3 votos).

Eixo V- Direito à saúde (Nacional): proposta 1 (2 votos); proposta 2 (8 votos); proposta 3 (7 votos); proposta 4 (7 votos); proposta 5 (1 votos); proposta 6 (2 votos).

Eixo VI – Direito à Cultura (Estadual/Nacional): Todas foram aprovadas pois o quantitativo estava de acordo.

Eixo VIII – Direito ao Desporto e a Lazer (Estadual): proposta 1 (votos: unanimidade); proposta 2 (votos: unanimidade).

Eixo VIII – Direito ao Desporto e a Lazer (Nacional): proposta 1 (7 votos); proposta 2 (6 votos); proposta 3 (6 votos); proposta 4 (5 votos); proposta 5 (3 votos).

Estas propostas foram à votação em plenária que selecionou o quantitativo necessário para enviar à União para a conferência Nacional que acontecerá no mês de dezembro. Na avaliação dos membros do Grupo 2 o trabalho transcorreu normalmente, foi muito importante participar desta etapa e a votação democrática tornou o trabalho ainda mais relevante.

O grupo sugeriu que as propostas que foram elencadas como prioritárias e não encaminhadas à apreciação da Conferência Nacional fossem encaminhadas à CONJUBE para conhecimento e para serem avaliadas para planejamentos futuros.

O grupo apresentou também 01 moção que foi aprovada pelo grupo e lida no momento da Assembleia Final para os devidos encaminhamentos.

Quadro 6 – Propostas prioritárias eleitas pelo Grupo 2

Eixo	Proposta	
	Estadual	Nacional
Eixo II - Direito à educação	1. Ampliar os serviços prestados nos centros educacionais de Jovens e Adultos (CEJA), integrando cultura, esporte e lazer, adequando inclusive os espaços físicos a modo de garantir um ambiente mais acolhedor.	1. Revogação do novo ensino médio, propondo a sua reformulação com qualidade, valorizando o diálogo e o processo democrático, podendo oferecer uma educação em tempo integral, voltada ao desenvolvimento sociopsicológico, que possibilite a construção da individualidade de cada estudante e sua relação com a sociedade. Nos casos de estudantes inseridos no mundo do trabalho, oportunizar a oferta de ensino noturno, de qualidade.
	2. Maior incentivo à oferta de ensino profissionalizante.	2. Criar uma política nacional de retenção de estudantes e prevenção da evasão escolar promovendo, inclusive, incentivos monetários, através de bolsa para os estudantes secundaristas em situação de vulnerabilidade socioeconômica.
	3. Criar diretrizes de qualificação e formação continuada de professores com mapeamento e	3. Passe livre do transporte do público para as juventudes, incluindo a categoria estudantil (ensino básico,

	avaliação de competências em distintas áreas formativas, incluindo formação continuada para o atendimento inclusivo e especializado.	ensino técnico, ensino universitário e a pós-graduação).
	4. Tornar como obrigatório na grade curricular de ensino, ou por meio de matérias extracurriculares a Educação sexual, com o objetivo de prevenção e combate em casos de assédio ou exploração sexual.	4. Criação de uma política de comunicação que possibilite a publicização dos dados oficiais referentes à educação proporcionando ao ambiente escolar identificar desafios, avanços e limites. Por exemplo: os dados do Censo Escolar.
	5. Fortalecer as políticas de assistência estudantis e de ações afirmativas dentro das universidades; visando a permanência e pós permanência, dando continuidade ao seu processo de formação.	5. Criação de uma política voltada para o ciclo da permanência estudantil que englobe o ingresso, a permanência e a pós-permanência dos estudantes. Diretrizes para uma orientação nacional de cursos pré-vestibulares, auxílios estudantis, também na educação básica, e inserção dos egressos em política e projetos das instituições educativas.
	6. Fiscalizar e acompanhar a inclusão de psicólogos e assistentes sociais nas escolas estaduais, bem como prever em concursos públicos a seleção e contratação destes profissionais.	6. Incluir na matriz curricular a disciplina de Libras em todos os currículos.
	7. Valorizar a Instituição superior,	7. Criar diretrizes de qualificação e

	pública estadual (UDESC), incluindo no orçamento recursos necessários para a ampliação de vagas e edificação de estrutura para contemplar as regiões do interior do Estado.	formação continuada de professores com mapeamento e avaliação de competências em distintas áreas formativas.
Eixo V - Direito à Saúde	1. Reforçar a humanização no atendimento, uma demanda cada vez mais impulsionada por jovens transexuais, que relatam dificuldades em chegar aos equipamentos do SUS e, por vezes, são alvos de práticas discriminatórias, inclusive, tendo seu direito à assistência negado, a exemplo dos homens trans, que precisam realizar os mesmos preventivos que as mulheres. Já existem orientações de políticas, como a da Saúde Integral da População LGBTQIA+ e de Humanização do SUS, que devem fazer cumprir os direitos dessa população.	1. Ampliar o CAPS e o CAPSI nos municípios para incluir as juventudes no atendimento à saúde mental.
	2. Garantir a inserção do Programa de Saúde na Escola (PSE) no projeto político-pedagógico do Ministério da Educação, em articulação com o Ministério da Saúde, cobrando dos municípios, o cumprimento de metas pactuadas e eventual aplicação de	2. Implementação do segundo tema prioritário do PNPS (Política Nacional de Promoção à Saúde) - Alimentação saudável – através de cozinhas públicas e comunitárias como principal fornecedor oriundos de Assentamentos, Quilombos e aldeias indígenas que produzem alimentos

	penalidades para o não cumprimento das mesmas, efetivando o Artigo 19, da Lei 8080/90, sobre a promoção, prevenção, proteção à saúde de forma integral, fortalecendo temáticas como: identidade de gênero, alimentação saudável, direitos sexuais, saúde reprodutiva, drogas e primeiros socorros, com inserção de psicólogos e assistentes sociais nas escolas.	agroecológicos.
	3. Desenvolver uma política estadual de educação sexual e reprodutiva, com metodologias e materiais que possam ser oferecidos como suporte aos municípios em suas ações de conscientização, além disso criar campanhas publicitárias institucionais de prevenção a IST/HIV/HV e gravidez precoce com envolvimento da sociedade civil, da família e da comunidade escolar que possam contribuir com diminuição dos tabus.	3. Promover políticas de prevenção ao consumo excessivo de álcool e outras drogas, bem como ações de redução de danos, orientadas por uma lógica de cuidado, respeitando a legislação, que difere os usos de substâncias psicoativas para a população adolescente e jovem.
	4. Prover atendimento e acompanhamento psicológico nas escolas e/ou nos espaços institucionais de saúde pública aos/às jovens. Dadas às demandas em torno da saúde mental, este tema deve ser colocado em	4. Criar um Departamento vinculado ao Ministério da Saúde voltado para o cuidado com a saúde das juventudes brasileiras, considerando sua pluralidade étnica, territorial, socioeconômica e de gênero.

	centralidade considerando as dificuldades impostas pelas desigualdades estruturais que produzem uma série de doenças como transtornos mentais diversos e subnotificação de casos.	
		5. Criação de Programa de orientação aos pais sobre saúde das juventudes.
		6. Promover e ampliar campanhas de prevenção a IST/HIV/HIV e gravidez precoce para as juventudes.
Eixo VI - Direito à Cultura	1. Desburocratização do acesso aos editais de fomento a cultura, criação de modalidades de editais voltados para jovens artistas e jovens produtores culturais.	1. Ampliação dos benefícios do ID Jovem, ofertando a gratuidade para o acesso dessa população a eventos e atividades culturais, como shows, cinemas, museus e exposições artísticas, bem como aumento das passagens gratuitas interestaduais.
	2. Incentivo e fomento a manifestações culturais de artistas periféricos, disponibilizando espaços e equipamentos culturais públicos de forma não burocrática, objetivando a ampliação e acesso do grande público à esses artistas.	2. Garantir apoio financeiro para que os/as jovens sejam protagonistas, gestores/as e produtores/as de arte e cultura, de comunicação e de distribuição de conteúdo cultural. Em colaboração com o Ministério do Trabalho, fomentar o surgimento de oportunidades para o desenvolvimento de habilidades e de ocupações que gerem inserção produtiva de jovens nas áreas culturais.

	3. Garantia de transporte gratuito aos fins de semana para jovens e suas famílias que residam em áreas rurais e/ou afastadas dos centros urbanos, a fim de que usufruam das opções de lazer, arte e cultura disponíveis no centro urbano do município.	3. Ocupação e renovação dos espaços de cultura existentes nos estados e municípios, objetivando a revitalização desses equipamentos bem como a sua utilização pela juventude artista.
Eixo VIII - Direito ao Desporto e ao Lazer	1. Promover o apoio financeiro e publicitário ao pleno desenvolvimento dos/as jovens atletas, com vistas à sua profissionalização e participação em eventos internacionais, nacionais, regionais, estaduais, distritais e municipais.	1. Dar continuidade aos campeonatos estaduais estudantis de desportes na esfera nacional, proporcionando aos times estudantis vencedores de suas etapas, a competição com times de outros estados, dando o devido suporte financeiro e estrutural para a realização do evento.
	2. Financiamento, promoção e incentivo pelo poder público estadual de eventos e espaços esportivos e de lazer, que contemplam diversas modalidades esportivas, desportivas rítmicas e culturais, como pistas de skate, artes marciais, teatros, quadras, entre outros.	2. Fornecer incentivo financeiro e publicitário aos grupos femininos de esportes.
		3. Garantia de pelo menos um profissional de Educação Física efetivo em unidades socioeducativas com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento físico de jovens privados de liberdade.
		4. Promover o incentivo e

		financiamento pelo Poder Público de eventos esportivos e de lazer, que contemple diversas modalidades, conforme o território, fomentando os programas e projetos de esporte enquanto política de Estado, democratizando o acesso dos jovens ao esporte e ao lazer.
		5. Ampliação das Bolsas Atleta e aumento do valor anualmente vinculadas as taxas de inflação nacional.

7.1.3 GRUPO 3:

Das Conferências Municipais foram recebidas 71 propostas para os trabalhos do Grupo 3; sendo 45 propostas para o Eixo III **“Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda”** divididas em 29 destinadas à esfera estadual e 16 à nacional; e 26 propostas para o Eixo XII **“Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE”** com 17 destinada à esfera estadual e 9 à nacional.

Quadro 7 – Síntese do número de propostas do Grupo 3 realizado na 4ª Conferência Estadual das Juventudes de Santa Catarina, 2023.

PROPOSTAS	EIXO III	EIXO XII
Estado:	29	17
União:	16	9
TOTAL: 71	45	26

Para o início da discussão o Grupo 3 contava com 17 participantes, dentre 11 delegados, 3 observadores, 1 coordenador, 1 mediador e 1 responsável pela relatoria. O coordenador Cleberson de Oliveira iniciou com a leitura da Seção I do Regimento Interno, que diz respeito ao funcionamento do Grupo de Trabalho, e articulou com o

grupo a dinâmica.

Iniciada então a leitura de cada uma das propostas e os presentes interessados em fazer algum destaque se manifestavam para registro da mediadora e da relatora. Ao término da leitura das propostas do Eixo III, os participantes já percebiam que muitas propostas se repetiam. Ficou acordado que a relatoria, coordenação e mediação preparariam uma sistematização das propostas semelhantes para as atividades do período da tarde durante o intervalo.

Após a pausa do almoço, conforme previsto na programação da Conferência, o Grupo 3 se reuniu novamente e com as propostas organizadas por tópicos comuns iniciaram os debates para aglutinar da melhor maneira possível as propostas.

Com relação às 29 propostas para o Estado do Eixo III, o Grupo de Trabalho conseguiu sistematizá-las em 4:

- a) Fomentar e divulgar as políticas públicas para a agricultura familiar e empreendimento familiares rurais, como a facilitação de acesso ao crédito e assistência técnica rural para jovens evitando assim o êxodo rural.
- b) Disponibilizar recursos e viabilizar oportunidades de qualificação profissional técnica e aprendizagem profissional aos jovens, de acordo com a realidade econômica local, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade visando a promoção de direitos e romper com o ciclo de vulnerabilidades, através do incentivo de criação de Centros das Juventudes.
- c) Fomentar Programas de Incentivo ao ingresso no mercado de trabalho das juventudes, como Programa Jovem Aprendiz, Estágio e Programas Novos Valores, entre outros. Além de criar canais de denúncias para irregularidades (não cumprimento da legislação ou condições precárias de trabalho) em parceria com os órgãos de controle social (Conselho da Juventude, Ministério do Trabalho, Ministério Público do Trabalho, órgão gestor de juventude, dentre outros), respeitando as ações afirmativas, incluindo jovens egressos do Sistema Socioeducativo e Prisional.
- d) Criar mecanismos de incentivo ao empreendedorismo juvenil (rural e urbano) e à economia solidária e criativa, fornecendo suporte técnico, acesso ao crédito e materiais, com auxílio do Sistema S e articulação com os órgãos INCRA e MDA.

Posteriormente essas 4 propostas foram para votação, visto a necessidade de seleção de apenas 2 para a plenária final. Sendo assim, o Grupo 3 deliberou pela

priorização das propostas “a” e “b” para o Estado no Eixo III.

Passando à esfera da União no Eixo III, das 16 recebidas foi possível concentrar as prioridades em 3 propostas, não sendo necessário realizar votação. Sendo elas:

- a) Desenvolver material e veiculá-lo em nível nacional, articulando com grandes organizações e associações nacionais, voltado à experiência do primeiro emprego por parte de adolescentes e jovens, com enfoque em jovens periféricos, PCDs, em cumprimento de medida socioeducativa, LGBTI+, negros/as, povos originários e comunidades tradicionais.
- b) Promover linhas de fomento ao cooperativismo de plataforma, incentivando parcerias entre universidades e trabalhadores para incubação e aceleração de plataformas cooperativas, com maior escuta ativa das juventudes.
- c) Fomentar e divulgar as políticas públicas para a agricultura familiar e empreendimento familiares rurais, como a facilitação de acesso ao crédito e assistência técnica rural para jovens, evitando assim o êxodo rural.

Antes de iniciar a discussão do Eixo XII que tratava do “Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE”, os membros do Grupo 3 pediram que a delegada Adrielle Albertti fizesse uma breve explanação sobre o assunto, compartilhando com os demais a pesquisa que realizou sobre a temática para o seu Mestrado. Dessa forma, todos teriam mais condições de contribuir com as propostas.

Com relação às 17 propostas para o Estado no Eixo XII, o Grupo de Trabalho identificou que duas delas foram retiradas da discussão por estarem no eixo equivocado: Criar disciplina escolar, que priorize a educação moral, resgate de valores, honestidade, respeitando a diversidade de gênero, classe, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiência e em situação de rua entre outros (Eixo II - Direito à Educação); Ofertar atividades culturais. Ampliação da oferta de universidades públicas. Iniciação ao mercado de trabalho visando perspectiva de futuro para os jovens (Eixo III - Direito à Profissionalização, ao trabalho e à Renda). A segunda proposta foi incluída na discussão, visto que o Eixo III pertencia ao trabalho do Grupo 3.

Após os ajustes, as 15 propostas restantes foram sistematizadas em 2, levando inclusive em consideração as sugestões apontadas pela delegada Adrielle:

- a) Ampliar a divulgação do SINAJUVE entre os municípios com campanha de adesão

dos órgãos e entidades de juventude ao SINAJUVE, incluindo a capacitação para conselheiros e gestores de juventude, bem como a realização da fiscalização.

b) Criar fundo para políticas públicas da Juventude no âmbito estadual.

Passando à esfera da União do Eixo XII, das 9 recebidas foi possível concentrar as prioridades em 3 propostas que contemplavam os destaques feitos pela delegada Adrielle, não sendo necessário realizar votação. Sendo elas:

a) Reorganizar e efetivar as atribuições do SINAJUVE para que, com celeridade os municípios e Estados possam aderir. Após a habilitação ao SINAJUVE, os partícipes assumem responsabilidades que deverão ser executadas na implementação do Sistema, sendo eles: plano de juventude vigente, conselho de juventude ativo, órgão gestor de juventude, fundo de juventude, participação do gestor no fórum nacional de gestores de juventude e participação da presidência do conselho de juventude no fórum de nacional de conselheiros de juventude. O êxito no funcionamento dessa engrenagem dependerá da articulação e divulgação em rede entre as esferas nacional, estadual/distrital e municipal.

b) Criar fundo para políticas públicas da Juventude no âmbito federal. c) Criação de cartilhas e materiais físicos e digitais para a divulgação do SINAJUVE.

O Grupo 3 ficou muito satisfeito com o trabalho realizado e as propostas sistematizadas. As atividades do grupo foram finalizadas com uma salva de palmas e uma foto dos participantes.

Ao término da sistematização, o Grupo 3 priorizou as seguintes propostas para cada um dos entes e eixos:

Quadro 8 – Propostas prioritárias eleitas pelo Grupo 3

Eixo	Proposta	
	Estadual	Nacional
Eixo III - Direito à Profissionalização, ao trabalho e à Renda	1. Disponibilizar recursos e viabilizar oportunidades de qualificação profissional técnica e aprendizagem profissional aos jovens, de acordo com a realidade	1. Fomentar Programas de Incentivo ao ingresso no mercado de trabalho das juventudes, como Programa Jovem Aprendiz, Estágio e Programas Novos Valores, entre outros. Além de criar canais de

	econômica local, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade visando a promoção de direitos e romper com o ciclo de vulnerabilidades, através do incentivo de criação de Centros das Juventudes.	denúncias para irregularidades (não cumprimento da legislação ou condições precárias de trabalho) em parceria com os órgãos de controle social (Conselho da Juventude, Ministério do Trabalho, Ministério Público do Trabalho, órgão gestor de juventude, dentre outros), respeitando as ações afirmativas, incluindo jovens egressos do Sistema Socioeducativo e Prisional.
	2. Criar mecanismos de incentivo ao empreendedorismo juvenil (rural e urbano) e à economia solidária e criativa, fornecendo suporte técnico, acesso ao crédito e materiais, com auxílio do Sistema S e articulação com os órgãos INCRA e MDA.	2. Desenvolver material e veiculá-lo em nível nacional, articulando com grandes organizações e associações nacionais, voltado à experiência do primeiro emprego por parte de adolescentes e jovens, com enfoque em jovens periféricos, PCDs, em cumprimento de medida socioeducativa, LGBTI+, negros/as, povos originários e comunidades tradicionais.
		3. Fomentar e divulgar as políticas públicas para a agricultura familiar e empreendimento familiares rurais, como a facilitação de acesso ao crédito e assistência técnica rural para jovens, evitando assim o êxodo rural.
Eixo XII - Sistema	1. Ampliar a divulgação do	1. Reorganizar e efetivar as

Nacional de Juventude SINAJUVE	-	SINAJUVE entre os municípios com campanha de adesão dos órgãos e entidades de juventude ao SINAJUVE, incluindo a capacitação para conselheiros e gestores de juventude, bem como a realização da fiscalização.	atribuições do SINAJUVE para que, com celeridade os municípios e Estados possam aderir. Após a habilitação ao SINAJUVE, os partícipes assumem responsabilidades que deverão ser executadas na implementação do Sistema, sendo eles: plano de juventude vigente, conselho de juventude ativo, órgão gestor de juventude, fundo de juventude, participação do gestor no fórum nacional de gestores de juventude e participação da presidência do conselho de juventude no fórum de nacional de conselheiros de juventude. O êxito no funcionamento dessa engrenagem dependerá da articulação e divulgação em rede entre as esferas nacional, estadual/distrital e municipal.
		2. Criar fundo para políticas públicas da Juventude no âmbito estadual.	2. Criar fundo para políticas públicas da Juventude no âmbito federal.
			3. Criação de cartilhas e materiais físicos e digitais para divulgação do SINAJUVE.

7.1.4 GRUPO 4:

Das Conferências Municipais e Regionais foram recebidas 62 propostas para os trabalhos do Grupo 4; sendo 31 propostas para o Eixo IX – “**Direito à**

Sustentabilidade e ao Meio Ambiente” divididas em 20 destinadas à esfera estadual e 11 à nacional; e 31 propostas para o Eixo X – **“Direito ao Território e à Mobilidade”** com 20 destinada à esfera estadual e 11 à nacional.

Quadro 9 – Síntese do número de propostas do Grupo 3 realizado na 4ª Conferência Estadual das Juventudes de Santa Catarina, 2023.

PROPOSTAS	EIXO IX	EIXO X
Estado:	20	20
União:	11	11
TOTAL: 62	31	31

Para o início da discussão o Grupo 4 contava com 23 participantes, dentre 08 delegados, 12 observadores, 1 coordenador, 1 mediador e 1 responsável pela relatoria.

O grupo de trabalho foi coordenado pela Srª Liliana Piscki Maes, representante da Central Única dos Trabalhadores de SC (CUT-SC) e pela mediadora Dalvana Cordazzo da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF-SC). A Srª Liliana iniciou com a leitura da Seção I do Regimento Interno, que diz respeito ao funcionamento do Grupo de Trabalho, e articulou com o grupo a dinâmica.

Foi acordado então que seria realizada a leitura de cada uma das propostas estaduais em bloco por eixo dando fluidez ao debate das propostas estaduais. Na sequência viria as propostas nacionais também lidas em bloco por eixo. Os presentes interessados em fazer algum destaque se manifestavam para registro da mediadora e da relatora. Ao término da leitura das propostas de cada eixo, os participantes revelavam os destaques e em conjunto e por debate objetivo já definiam escolha das

propostas com as devidas correções textuais e algumas aglutinações ou novas composições a partir do que foi apresentado pelas etapas anteriores.

Seguindo a programação, o debate que estava ocorrendo no Eixo IX, nas propostas nacionais foi interrompido para o intervalo de almoço.

Conforme previsto na programação da Conferência, o Grupo 4 continuou os trabalhos no período vespertino com a definição das propostas nacionais referentes ao eixo IX e na sequência prosseguiu-se com as deliberações das propostas estaduais e nacionais do eixo X. Ressalta-se que os participantes do grupo elegeram mais uma proposta estadual do eixo X, além das duas designadas para a plenária final devido ao impasse na decisão de maior importância.

Após o amplo debate, destaques e deliberações o grupo de trabalho 4 elegeu as seguintes propostas:

Quadro 10 – Propostas prioritárias eleitas pelo Grupo 4

Eixo	Proposta	
	Estadual	Nacional
EIXO IX Do Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente	1. Reconhecer a Amazônia e todos os demais biomas nacionais como sujeitos de direitos, assegurando a proteção integral de seu atual território até 2025 com desmatamento zero, suspensão da importação de mercúrio até 2027 e tipificação do crime de ecocídio.	1. Promover educação ambiental e implementação de programas voltados à sustentabilidade através de políticas de educação ambiental anticolonialista, que contemple desde a educação infantil ao ensino superior, de modo transversal e interdisciplinar com parceria público-privado respeitando as especificidades regionais.
	2. Demarcar e titular as terras indígenas e Quilombolas.	2. Incentivar a criação e ampliação de programas e editais de incentivo técnico/financeiro para juventude do campo e da cidade na área do meio ambiente e sustentabilidade. Como exemplo,

		fomentar redes de ecoturismo, espaços de “estágios verdes” implementando o uso de tecnologias sustentáveis e de energias alternativas para edificações e empreendimento.
	3. Incluir a educação ambiental anticolonialista como componente curricular obrigatório na matriz curricular desde a educação infantil ao ensino universitário, com a coordenação do Ministério da Educação e Ministério do Meio Ambiente, capacitando os educadores para exercerem as atividades e projetos com o órgão de Meio Ambiente local promovendo concursos e projetos que abordem questões ambientais e oferecer incentivos como bolsa de estudos para aqueles que se destaquem em ações sustentáveis, resultando na conscientização e no ativismo ambiental entre os jovens.	
EIXO X Do Direito ao Território e à Mobilidade	1. Garantir e ampliar o número de reservas gratuitas nos transportes intermunicipal e interestadual, fortalecer o ID jovem e realizar campanhas para os/as jovens conhecerem e se apropriarem deste instrumento.	1. Criar um programa de transporte intermunicipal nos moldes do ID Jovem em Santa Catarina.

	2. Assentamento das ocupações rurais e urbanas, seja por meio das instâncias de agrária (INCRA), por meio do Minha Casa Minha Vida Rural - MCMVr, ou quaisquer instâncias competentes criando ações que garantam a permanência da juventude no campo, oportunizando melhores condições de trabalho e renda.	2. Elaborar um plano de expansão da rede de transporte público (terrestre, pluvial, etc) com incentivo ao uso de transportes com uso de fontes renováveis focando na sustentabilidade estabelecendo um percentual do orçamento estadual. Isso inclui a ampliação de linhas de ônibus, a aquisição de veículos adaptados para pessoas com deficiência, a redução de tarifas para estudantes e jovens de baixa renda ou tarifa zero (sem limitação de uso), e a criação de linhas universitárias que levem os alunos da universidade para seus bairros, tornando o transporte mais acessível e eficiente para a comunidade escolar. Incluindo implantação e implementação de ciclovias.
	3. Criar e implementar o fundo nacional e interfederativo de mobilidade para todos os jovens, para subsidiar a tarifa zero, garantindo um transporte público gratuito, de qualidade e acessibilidade em toda a frota, fazendo-se cumprir o artigo 31, parágrafo único, do Estatuto da Juventude.	3. Garantir o direito a mobilidade por meio de uma política de manutenção efetiva das estradas estaduais e ampliação/reestruturação das vias rurais.

O Grupo 4 ficou muito satisfeito com o trabalho realizado e as propostas sistematizadas. As atividades do grupo foram finalizadas antes do encerramento do

período destinado as discussões e com o agradecimento por parte da coordenadora e mediadora os participantes puderam se juntar aos demais grupos de trabalho que permaneciam com a dinâmica em discussão.

PLENÁRIA FINAL

Conforme previsto na programação às 9h do dia vinte e cinco de outubro, foi iniciada a plenária final da 4ª Conferência Estadual da Juventude. A partir das prioridades definidas pelos Grupos de Trabalho foram apresentadas e deliberadas as propostas para o Estado e União.

A mesa de trabalhos foi composta pela Presidente da COE, a senhora Myriane Gonçalves; a Presidenta do Conselho Estadual da Juventude (CONJUVE/SC) e Coordenadora da Comissão Organizadora Estadual (COE), senhora Samara Freitas da Silva; o Secretário Executivo do Conselho Nacional da Juventude, senhor Matheus Diniz de Souza; e o Conselheiro das Organizações da Sociedade Civil, senhor Gabriel Pereira Escobar.

Inicialmente, foi exibido o vídeo com a mensagem do senhor Ronald Sorriso, Secretário Nacional de Juventude, e após uma breve fala de abertura feita pela Presidente da COE os trabalhos da plenária final foram conduzidos pelo senhor Gabriel.

Assim, seguindo o Regimento Geral, as propostas aprovadas pelos Grupos de Trabalho foram colocadas em um documento projetado durante a plenária final, sendo que um representante de cada Grupo se responsabilizou pela leitura e defesa dos itens.

Quadro 11 – Sistematização das Propostas apresentadas e aprovadas na plenária final da 4ª Conferência Estadual das Juventudes, 2023.

Grupo de Trabalho 1 – Eixo I “Do Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil”:

Ente	Proposta	Parecer
Estado 1ª	Criar uma Secretaria de Juventude no Estado para fortalecer os Conselhos Municipais de Juventude, alocação de recursos	Aprovada por Unanimidade.

	no orçamento para orçamento participativo jovem e incentivar o Fórum Eletivo da Sociedade Civil, campanhas de engajamento, recursos e assistência técnica para políticas de juventude e reativação dos Conselhos Municipais de Juventude.	
Estado 2ª	Fomentar a criação de grêmios nas escolas de educação básica público e privado, com ampla participação de todos os níveis de ensino e tornar obrigatórias eleições periódicas de grêmios estudantis.	Aprovada por Unanimidade.
União 1ª	Nacionalizar a iniciativa da Casa da Juventude como espaço de formação política, cultural e profissional em todos os municípios para serem utilizadas e geridas por coletivos e/ou entidades de juventude por meio de editais normativos, levando em consideração espaços ou prédios públicos não utilizados.	Aprovada por Unanimidade.
União 2ª	Garantir a efetividade do Conselho Nacional da Juventude por meio de um programa nacional de articulação, acompanhamento, consultoria e financiamento aos Conselhos Municipais e Estaduais de Juventude a partir da criação de fundos de políticas públicas de juventude, nas três esferas administrativas.	Aprovada por Unanimidade.
União 3ª	Criar uma Ouvidoria Jovem, que seja um espaço seguro e um meio de comunicação com a finalidade de democratizar o acesso à informação relevante relacionada à rede de apoio da juventude egressa do sistema prisional e socioeducativo, como cartilhas digitais de acesso à saúde, educação e à assistência social; perfis de Instagram e TikTok com informações sobre como realizar esse acesso.	Aprovada por Unanimidade

Grupo de Trabalho 1 – EIXO IV “Do Direito à Diversidade e à Igualdade”:

Ente	Proposta	Parecer
Estado 1ª	Promover a criação de um fundo pelo Sistema "S" para promover cursos profissionalizantes e de empreendedorismo em parceria com empresas locais, com foco em pessoas em situação de vulnerabilidade, como negros, mães solas, PCDs, pessoas trans e travestis, visando a geração de emprego e renda. Promover iniciativas para disponibilizar oportunidades de trabalho para jovens e adolescentes que cometeram atos infracionais e assegurar igualdade de direitos no mercado de trabalho, com foco especial em grupos sub-representados, como mulheres, PCDs, negros, LGBTQIAPN+, indígenas, ciganos, ribeirinhos, quilombolas, povos do campo, das águas e egressos de medidas socioeducativas.	Aprovada por Unanimidade.
Estado 2ª	Tornar a aprendizagem da LIBRAS obrigatória nos níveis de educação básica, acompanhada por formação contínua dos educadores e a disponibilização de recursos didáticos essenciais para garantir a qualidade das atividades educacionais.	Aprovada por Unanimidade
União 1ª	Ofertar Bolsas verdes para população negra, PCDs, mulheres, jovens e LGBTQIAPN++ que trabalham como catadores de reciclagem e estão inscritas no CADÚNICO, no valor de 01 (um) salário-mínimo nacional, sendo passíveis de acumulação com outros auxílios.	Aprovada por Unanimidade, após a realização de ajustes.
União 2ª	Vincular os ambulatórios trans ao Serviço Único de Saúde (SUS) de modo a capilarizar as unidades pelos municípios, além de promover a formação de profissionais da rede para que sejam capacitados ao atendimento da população trans em todos os equipamentos, e garantir o atendimento 24h/dia seja ambulatorial, de urgência ou emergência.	Aprovada por Unanimidade, após a realização de ajustes.
União 3ª	Implementar e fiscalizar ações transversais que envolvam formação obrigatória em Direitos Humanos para os profissionais da educação, saúde, segurança pública e dos	Aprovada por Unanimidade, após a

	operadores do direito; elaborar material informativo de combate às opressões a ser informado nas redes sociais governamentais, com enfoque nas juventudes negras, periféricas, mães solos, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiências físicas, intelectuais, transtornos mentais e de neurodesenvolvimento e nos Povos e Comunidades Tradicionais (PCT); promoção da igualdade racial e combate ao racismo e ampliação de direitos por meio de projetos e políticas de educação, cultura, lazer e trabalho focados nas diferentes juventudes.	realização de ajustes.
--	---	------------------------

Grupo de Trabalho 1 – EIXO VII “Do Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão”:

Ente	Proposta	Parecer
Estado 1ª	Implementar educação midiática nas escolas, com o estímulo do tema "Comunicação Social", com foco no Ensino Médio. Isso envolve promover a responsabilidade dos agentes difusores de conteúdo e melhorar a infraestrutura de comunicação escolar, incluindo desde acesso a equipamentos até a capacitação em tecnologia e informação.	Aprovada por Unanimidade
Estado 2ª	Garantir um horário dedicado ao "Hora do Estudante" em canais públicos e oficiais de rádio, televisão e internet, permitindo que entidades juvenis e estudantis organizem debates e discussões. Essa iniciativa visa promover a participação ativa dos jovens na esfera pública e fornece um espaço valioso para suas vozes e ideias.	Aprovada por Unanimidade.
União 1ª	Expandir o acesso à internet de alta qualidade para áreas rurais e comunidades tradicionais, visando a democratização da comunicação. Isso inclui a ampliação da infraestrutura de	Aprovada por Unanimidade.

	telecomunicações, fiscalização rigorosa das operadoras e a criação de telecentros públicos, pontos de internet livre em espaços públicos, instalação de internet em todas as escolas e disponibilização de pacotes residenciais subsidiados para a classe popular.	
União 2ª	Promover o jornalismo independente e/ou comunitário por meio de editais de incentivo, destinado a estudantes da área de Comunicação e agentes comunitários, e da desoneração fiscal e apoio à aquisição de equipamentos de comunicação para veículos de mídia alternativa.	Aprovada por Unanimidade.
União 3ª	Promover a criação de uma cartilha de educação constitucional que combata o discurso discriminatório, de ódio e a desinformação, com o intuito de ser distribuída nas escolas públicas. Essa iniciativa visa promover a compreensão dos princípios constitucionais, ressaltando a importância de respeitar a diversidade e combater notícias falsas.	Aprovada por Unanimidade, após a realização de ajustes.

Grupo de Trabalho 1 – EIXO XI “Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça”:

Ente	Proposta	Parecer
Estado 1ª	Instituir o feriado do Dia da Consciência Negra em todas as cidades de Santa Catarina, acompanhado de incentivo financeiro para a realização de eventos culturais neste dia. Esses eventos incluirão palestras de conscientização, atividades educativas, música e expressões artísticas, com o objetivo de celebrar a diversidade e promover o entendimento da história e cultura afro-brasileira.	Aprovada por Unanimidade.
Estado	Propõe-se a desmilitarização da Polícia Militar, à população negra, pobre e marginalizada são os principais alvos desse de genocídio, defendemos a criação de agentes comunitários de segurança pública desvinculados da estrutura militar, visando	Aprovado o deslocamento da proposta para o ente

	promover uma relação comunitária e eficaz entre a polícia e as comunidades.	União por Unanimidade.
Estado 2ª	Implementar defensorias públicas em comarcas que ainda não contam com esse serviço essencial, além da criação de um programa integrado que simplifique o acesso à assistência jurídica gratuita para jovens residentes em comunidades e em situação de vulnerabilidade. Também se busca aprimorar as atividades de ressocialização no cumprimento de medidas socioeducativas e no sistema prisional, por meio de ações educacionais, cursos técnicos e palestras para a população carcerária. O objetivo é promover a inclusão dos jovens egressos de medidas socioeducativas e do sistema penitenciário no mercado de trabalho, cumprindo assim sua função socioeducativa e de reintegração social.	Aprovada por Unanimidade, após a realização de ajustes e inclusão da proposta do ente União.
União 1ª	Revogar a Lei de Drogas do Brasil (Lei 11343/2006), reconhecendo que ela resulta na prisão em massa da juventude, com um impacto desproporcional sobre a população negra e periférica.	Aprovada por Unanimidade, após a realização de ajustes.
União 2ª	Defender a expansão, aprimoramento e fortalecimento das delegacias e agências de investigação dedicadas à prevenção e combate da violência contra jovens, focando especialmente em questões como pedofilia, homofobia, violência contra a juventude negra, a comunidade LGBTQIAPN+ e mulheres jovens.	Aprovada por Unanimidade.
União 3ª	Desmilitarizar a Polícia Militar, visto que a população negra, pobre e marginalizada são os principais alvos desse genocídio, defendemos a criação de agentes comunitários de segurança pública desvinculados da estrutura militar, visando promover uma relação comunitária e eficaz entre a polícia e as comunidades.	Aprovada por Unanimidade, após a realização de ajustes e inclusão da proposta do ente Estado.

--	--	--

Grupo de Trabalho 2 – EIXO II “Do Direito à Educação”:

Ente	Proposta	Parecer
Estado 1ª	Tornar como obrigatório na grade curricular de ensino, ou por meio de matérias extracurriculares, a Educação sexual e de gênero, com o objetivo de autoconhecimento, pertencimento, identidade, prevenção e combate aos casos de assédio ou exploração sexual.	Aprovada por Unanimidade, após a realização de ajustes.
Estado 2ª	Fortalecer as políticas de assistência estudantis e de ações afirmativas dentro das universidades visando o ingresso, permanência e pós-permanência, dando continuidade ao seu processo de formação.	Aprovada por Unanimidade, após a realização de ajustes.
União 1ª	Revogar o novo ensino médio, propondo a sua reformulação com qualidade, valorizando o diálogo e o processo democrático, podendo oferecer uma educação em tempo integral, voltada ao desenvolvimento sociopsicológico, que possibilite a construção da individualidade de cada estudante e sua relação com a sociedade. E nos casos de estudantes inseridos no mundo do trabalho, oportunizar a oferta de ensino noturno de qualidade.	Aprovada por Unanimidade.
União 2ª	Criar uma política nacional de permanência de estudantes e prevenção da evasão escolar promovendo, inclusive, incentivos monetários, através de bolsa para os estudantes secundaristas em situação de vulnerabilidade socioeconômica.	Aprovada por Unanimidade, após a realização de ajustes.
União 3ª	Reconhecer o direito ao passe livre do transporte do público em especial para as juventudes, incluindo a categoria estudantil (educação básica, educação profissional e tecnológica, ensino	Aprovada a modificação na proposta por

	universitário e a pós-graduação).	maioria.
--	-----------------------------------	----------

Grupo de Trabalho 2 – EIXO VI “Do Direito à Cultura”:

Ente	Proposta	Parecer
Estado 1ª	Desburocratizar o acesso aos editais de fomento a cultura e criação de modalidades de editais voltados para jovens artistas e jovens produtores culturais.	Aprovada por Unanimidade
Estado 2ª	Incentivar e fomentar as manifestações culturais de artistas periféricos, disponibilizando espaços e equipamentos culturais públicos de forma não burocrática, objetivando a ampliação e acesso do grande público a esses artistas.	Aprovada por Unanimidade.
União 1ª	Ampliar os benefícios do ID Jovem, ofertando a gratuidade para o acesso dessa população a eventos e atividades culturais, como shows, cinemas, museus e exposições artísticas, bem como aumento das passagens gratuitas interestaduais.	Aprovada por Unanimidade.
União 2ª	Garantir apoio financeiro para que os/as jovens sejam protagonistas, gestores/as e produtores/as de arte e cultura, de comunicação e de distribuição de conteúdo cultural. Em colaboração com o Ministério do Trabalho, fomentar o surgimento de oportunidades para o desenvolvimento de habilidades e de ocupações que gerem inserção produtiva de jovens nas áreas culturais.	Aprovada por Unanimidade.
União 3ª	Ocupar e renovar os espaços de cultura existentes nos estados e municípios, objetivando a revitalização desses equipamentos bem como a sua utilização pela juventude artista.	Aprovada por Unanimidade.

Grupo de Trabalho 2 – EIXO VIII “Do Direito ao Desporto e ao Lazer”:

Ente	Proposta	Parecer
Estado 1ª	Promover o apoio financeiro e publicitário ao pleno desenvolvimento dos/as jovens atletas, com vistas à sua profissionalização e participação em eventos internacionais, nacionais, regionais, estaduais, distritais e municipais.	Aprovada por Unanimidade.
Estado 2ª	Promover o financiamento, promoção e incentivo de eventos e espaços esportivos e de lazer, que contemplam diversas modalidades esportivas, desportivas rítmicas e culturais, como pistas de skate, artes marciais, teatros, quadras, entre outros.	Aprovada por Unanimidade.
União 1ª	Dar continuidade aos campeonatos estaduais estudantis de desportes na esfera nacional, proporcionando aos times estudantis vencedores de suas etapas, a competição com times de outros Estados, dando o devido suporte financeiro e estrutural para a realização do evento.	Aprovada por Unanimidade.
União 2ª	Fornecer incentivo financeiro e publicitário aos grupos femininos de esportes	Aprovada por Unanimidade.
União 3ª	Garantir a existência de pelo menos um profissional de Educação Física efetivo em unidades socioeducativas com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento físico de jovens privados de liberdade.	Aprovada por Unanimidade.

Grupo de Trabalho 2 – EIXO V “Do Direito à Saúde”:

Ente	Proposta	Parecer
Estado 1ª	Reforçar a humanização no atendimento à população trans, revisando os protocolos de atendimento (prontuários, redes) em atenção à juventude, que relata dificuldades em chegar aos equipamentos do SUS e, por vezes, são alvos de práticas discriminatórias, inclusive tendo seu direito à assistência negado, a exemplo da negativa do uso do nome social e dos	Aprovada por Unanimidade, após a realização de ajustes.

	homens trans que precisam realizar os mesmos preventivos que as mulheres cisgênero. Já existem orientações de políticas, como a da Saúde Integral da População LGBTQIAPN+ e de Humanização do SUS, que devem fazer cumprir os direitos dessa população.	
Estado 2ª	Garantir a inserção do Programa de Saúde na Escola (PSE) no projeto político-pedagógico do Secretaria da Educação, em articulação com a Secretaria da Saúde, cobrando dos municípios, o cumprimento de metas pactuadas e eventual aplicação de penalidades para o não cumprimento das mesmas, efetivando o Artigo 19, da Lei 8080/90, sobre a promoção, prevenção, proteção à saúde de forma integral, fortalecendo temáticas como: identidade de gênero, alimentação saudável, direitos sexuais, saúde reprodutiva, drogas e primeiros socorros, com inserção de psicólogos e assistentes sociais nas escolas.	Aprovada por Unanimidade, após a realização de ajustes.
União 1ª	Implementar o segundo tema prioritário da Política Nacional de Promoção à Saúde (PNPS) - Alimentação saudável – através de cozinhas públicas e comunitárias como principal fornecedor oriundos de Assentamentos, Quilombos e territórios indígena	Aprovada por Unanimidade, após a realização de ajustes.
União 2ª	Promover políticas de prevenção ao consumo excessivo de álcool e outras drogas, bem como ações de redução de danos, orientadas por uma lógica de cuidado, respeitando a legislação, que difere os usos de substâncias psicoativas para a população adolescente e jovem.	Aprovada por Unanimidade.
União 3ª	Criar um Departamento vinculado ao Ministério da Saúde voltado para o cuidado com a saúde das juventudes brasileiras, considerando sua pluralidade étnico-racial, territorial, socioeconômico e de gênero e sexualidade.	Aprovada por Unanimidade, após a realização de ajustes.

Grupo de Trabalho 3 – EIXO III “Do Direito à Profissionalização, ao trabalho e à Renda”:

Ente	Proposta	Parecer
Estado 1ª	Disponibilizar recursos e viabilizar oportunidades de qualificação profissional técnica aos jovens, de acordo com a realidade econômica local, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade visando a promoção de direitos e romper este ciclo, através do incentivo de criação de Centros das Juventudes.	Aprovada por Unanimidade, após a realização de ajustes.
Estado 2ª	Criar mecanismos de incentivo ao empreendedorismo juvenil (rural e urbano) e à economia solidária e criativa, fornecendo suporte técnico, acesso ao crédito e materiais, com auxílio do Sistema S e articulação com os órgãos INCRA e MDA.	Aprovada por Unanimidade.
União 1ª	Fomentar Programas de Incentivo ao ingresso no mercado de trabalho das juventudes, como Programa Jovem Aprendiz, Estágio e Programas Novos Valores (Santa Catarina), entre outros. Além de criar canais de denúncias para irregularidades (não cumprimento da legislação ou condições precárias de trabalho) em parceria com os órgãos de controle social (Conselho da Juventude, Ministério do Trabalho, Ministério Público do Trabalho, órgão gestor de juventude, dentre outros), respeitando as ações afirmativas, incluindo jovens egressos do Sistema Socioeducativo e Prisional.	Aprovada por Unanimidade.
União 2ª	Desenvolver material e veiculá-lo em nível nacional, articulando com grandes organizações e associações nacionais, voltado à experiência do primeiro emprego por parte de adolescentes e jovens, com enfoque em jovens periféricos, PCDs, em cumprimento de medida socioeducativa, LGBTQIAPN+, negros/as, povos originários e comunidades tradicionais.	Aprovada por Unanimidade, após a realização de ajustes.
União 3ª	Fomentar e divulgar as políticas públicas para a agricultura familiar e empreendimento familiares rurais, como a facilitação de acesso ao crédito e assistência técnica rural para jovens,	Aprovada por Unanimidade.

	evitando assim o êxodo rural.	
--	-------------------------------	--

Grupo de Trabalho 3 – EIXO XII - “Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE”:

Ente	Proposta	Parecer
Estado 1ª	Ampliar a divulgação do SINAJUVE entre os municípios com campanha de adesão dos órgãos e entidades de juventude ao SINAJUVE, incluindo a capacitação para conselheiros e gestores de juventude, bem como a realização da fiscalização.	Aprovada por Unanimidade.
Estado 2ª	Criar fundo para políticas públicas da Juventude no âmbito estadual.	Aprovada por Unanimidade
União 1ª	Reorganizar e efetivar as atribuições do SINAJUVE para que, com celeridade os municípios e Estados possam aderir. Após a habilitação ao SINAJUVE, os partícipes assumam responsabilidades que deverão ser executadas na implementação do Sistema, sendo eles: plano de juventude vigente, conselho de juventude ativo, órgão gestor de juventude, fundo de juventude, participação do gestor no fórum nacional de gestores de juventude e participação da presidência do conselho de juventude no fórum de nacional de conselheiros de juventude. O êxito no funcionamento dessa engrenagem dependerá da articulação e divulgação em rede entre as esferas nacional, estadual/distrital e municipal.	Aprovada por Unanimidade.
União 2ª	Criar fundo para políticas públicas da Juventude no âmbito federal.	Aprovada por Unanimidade.
União 3ª	Ampliar e atualizar as cartilhas e materiais físicos e digitais para divulgação do SINAJUVE.	Aprovada por Unanimidade.

Grupo de Trabalho 4 – Eixo X “Do Direito ao Território e à Mobilidade”:

Ente	Proposta	Parecer
Estado 1ª	Elaborar e efetivar um plano de expansão da rede de transporte público (terrestre, pluvial, etc) com incentivo ao uso de transportes com uso de fontes renováveis focando na sustentabilidade estabelecendo um percentual do orçamento estadual, bem como a criação de um Fórum permanente de avaliação do transporte público com participação da sociedade civil. Isso inclui a ampliação de linhas de ônibus, a aquisição de veículos adaptados para PCDs, a redução de tarifas para estudantes e jovens de baixa renda ou tarifa zero (sem limitação de uso), e a criação de linhas universitárias que levem os alunos da universidade para seus bairros, tornando o transporte mais acessível e eficiente para a comunidade escolar, incluindo implantação e implementação de ciclovias.	Aprovada por unanimidade, após a realização de ajustes.
Estado 2ª	Garantir o direito a mobilidade por meio de uma política efetiva de manutenção, ampliação e reestruturação das estradas estaduais, bem como das vias rurais, além de criar um programa de transporte intermunicipal nos moldes do ID Jovem em Santa Catarina.	Aprovada por Unanimidade, após a realização de ajustes.
União 1ª	Garantir e ampliar o número de reservas gratuitas nos transportes intermunicipal e interestadual, fortalecer o ID jovem e realizar campanhas para os/as jovens conhecerem e se apropriarem deste instrumento.	Aprovada por Unanimidade, após a realização de ajustes.
União 2ª	Garantir a permanência de todos os assentamentos das ocupações rurais e urbanas, seja por meio das instâncias de agrária (INCRA), por meio do Minha Casa Minha Vida Rural (MCMVr), ou quaisquer instâncias competentes criando ações que garantam a permanência da juventude no campo,	Aprovada por Unanimidade, após a realização de ajustes.

	oportunizando melhores condições de trabalho e renda.	
União 3ª	Criar e implementar o fundo nacional e interfederativo de mobilidade para todos os jovens, para subsidiar a tarifa zero, garantindo um transporte público gratuito, de qualidade e acessibilidade em toda a frota, fazendo-se cumprir o artigo 31, parágrafo único, do Estatuto da Juventude.	Aprovada por Unanimidade, após a realização de ajustes.

Grupo de Trabalho 4 – Eixo IX “Do Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente”:

Ente	Proposta	Parecer
Estado 1ª	Promover educação ambiental e implementação de programas voltados à sustentabilidade através de políticas um programa de estaduais de educação ambiental anticolonialista, que contemple desde a educação infantil ao ensino superior, de modo transversal e interdisciplinar com parceria público-privado respeitando as especificidades regionais.	Aprovada por Unanimidade, após a realização de ajustes.
Estado 2ª	Incentivar a criação e ampliação de programas e editais de incentivo técnico/financeiro para juventude do campo e da cidade na área do meio ambiente e sustentabilidade. Como exemplo, fomentar redes de ecoturismo, espaços de “estágios verdes” implementando o uso de tecnologias sustentáveis e de energias alternativas para edificações e empreendimento.	Aprovada por Unanimidade.
União 1ª	Reconhecer a Amazônia e todos os demais biomas nacionais como sujeitos de direitos, assegurando a proteção integral de seu atual território até 2025 com desmatamento zero, suspensão da importação de mercúrio até 2027 e tipificação do crime de ecocídio.	Aprovada por Unanimidade.
União 2ª	Instituir a demarcação e titulação das terras indígenas e Quilombolas.	Aprovada por Unanimidade
União 3ª	Incluir a educação ambiental anticolonialista como componente curricular obrigatório na matriz curricular desde a educação	Aprovada por Unanimidade,

	infantil ao ensino universitário, com a coordenação do Ministério da Educação e Ministério do Meio Ambiente, capacitando os educadores para exercerem as atividades e projetos com o órgão de Meio Ambiente local promovendo concursos e projetos que abordem questões ambientais e oferecer incentivos como bolsa de estudos para aqueles que se destaquem em ações sustentáveis, resultando na conscientização e no ativismo ambiental entre os jovens.	após a realização de ajustes.
--	---	-------------------------------

As discussões se estenderam até por volta de 12h e os participantes do segundo dia da 4ª Conferência Estadual das Juventudes ficaram muito felizes e satisfeitos com as propostas aprovadas, que serão encaminhadas à Conferência Nacional. Antes de encerrar os trabalhos da manhã, a Presidente da COE, a senhora Myriane informou que após o almoço todos devem retornar às 13h30 para o encerramento da programação da Conferência.

8. MOÇÕES

No início da tarde do dia 25 de outubro, precedendo o momento de apresentação das moções, a Comissão Organizadora (COE) se reuniu para debater, esclarecer e deliberar algumas questões regimentais sobre o andamento da votação para delegados, principalmente no que diz respeito às cotas.

Sendo assim, a questão da reserva de vagas para os municípios da AMPLANORTE que havia sido deliberada e aprovada no início do evento foi revista, pois não houve a participação dos representantes da região, o que era necessário de acordo com o regimento. Porém, a COE informou que está em articulação com a Comissão Organizadora da Conferência Nacional solicitando a reserva de vagas para delegados observadores representando a região da AMPLANORTE.

Dando continuidade às explicações sobre as cotas para delegados da Conferência Nacional, a COE sugeriu à plenária que 01 (uma) das 06 (seis) vagas destinadas aos delegados governamentais fosse reservada a cota de negros e pardos.

A COE esclareceu que as inscrições permaneceriam abertas durante todo o período de apresentação das Moções e que deveriam ser efetuadas separadamente entre candidatos do Governo e da Sociedade Civil. E, na sequência, foram abertas as inscrições para candidaturas a delegados da Conferência Nacional das Juventudes em Brasília por meio de formulários que ficaram disponíveis em mesas situadas na frente do auditório.

Às 14h36m, procedeu-se à leitura do artigo 27 do Regimento Interno que trata da apresentação das moções para possíveis esclarecimentos sobre a votação e aprovação na sequência. E conforme previsto regimentalmente, as moções foram apresentadas em formulário específico com a necessidade de assinatura de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos participantes credenciados. Assim, foram chamados ao palco os autores das moções para que pudessem apresentar e defender as suas propostas.

Cabe ressaltar que foi aprovada por unanimidade pela plenária a moção de repúdio feita de registrada pelo participante Felipe Xokleng, representante da etnia indígena Xokleng. Tal moção tratou da abertura das comportas da barragem norte, bem como contra o marco temporal que desrespeita e causa grande impacto negativo à vida dos povos indígenas catarinenses.

Após a aprovação da plenária, as moções ficaram disponíveis para assinatura das pessoas que ainda não haviam realizado e que desejavam apoiar. A seguir seguem as Moções aprovadas:

1. Moção de Apoio – Em defesa da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Número de assinaturas: 20

Considerando o Programa Universidade Gratuita, que destinou bilhões de dinheiro público para entidades de caráter privado.

Considerando o sucateamento promovido pelo Governo do Estado na UDESC, ameaçando a segurança alimentar e permanência estudantil.

Considerando ser a única Universidade Estadual pública, gratuita e de qualidade de Santa Catarina.

Considerando os cortes e contingenciamentos promovidos pelo Governo do estado. Pela ampliação dos campi da UDESC, principalmente para o Oeste.

A juventude de Santa Catarina tem o direito de estudar em uma universidade pública, gratuita e de qualidade, com garantia de que vai conseguir se formar sem se preocupar com o que vai comer, pois a universidade oferece o restaurante universitário, e onde vai dormir porquanto necessário a construção de moradia universitária.

2. Moção de Repúdio – Pelo retorno da Unisul ao sistema ACAFE!!! Pela anulação da privatização do ensino!!!

Número de assinaturas: 36

Nos últimos anos, a Unisul vem passando por um processo de desmonte de seu sistema de ensino, através de uma nefasta privatização promovida pelo município de Tubarão e pela fundação, responsáveis pela universidade.

A partir disso, a Unisul deixou de integrar o sistema de universidades comunitárias da ACAFE, cujo um dos impactos mais recentes foi a redução de um número de bolsas aos alunos hipossuficientes.

A verdade é que o Grupo Ânima vem promovendo verdadeiro sucateamento em uma lógica medieval, desde a demissão dos melhores professor, o corte total das verbas ao DCE, a imposição de cada vez mais aula EaD em turmas superlotadas; tudo em qualquer correria com a comunidade de alunos.

Mesmo com diversos protestos puxados por centenas de alunos, o Grupo Ânima nada tem feito para atender as demandas urgentes e necessárias. Reflexos de tudo isso são a evasão em massa de alunos para outras universidades (UNESC, FUCAP, etc), devido a decadente qualidade do ensino, a desestimulação do comércio nas regiões dos campi, pois com as aulas EaD o número de alunos fomentando o comércio local vem reduzindo vertiginosamente. Somos contra a toda forma de privatização de nossa educação!!! A favor da anulação da privatização.

3. Moção de Apoio – Pedir o apoio da CONJUVE para a realização do 1º Congresso de Juventudes Ambientalistas pelo Clima.

Número de assinaturas: 18

As mudanças climáticas são um grave problema para a biodiversidade da mata atlântica e qualidade de vida. Pretendemos fortalecer as juventudes das comunidades tradicionais e originárias, jovens de assentamentos atingidos por barragens, catadores

de reciclagem e o conjunto das organizações de juventude nas suas pluralidades. Organizar, criar greve pelo clima popular.

4. Moção de Repúdio - Repúdio à Embaixada de Israel no Brasil

Número de assinaturas: 17

Moção de repúdio ao *apartheid* realizado pelo Estado de Israel, na pessoa do Primeiro Ministro Benjamin Netanyahu, contra o povo palestino. Consideramos gravíssimo o genocídio perpetrado de modo racista e xenofóbico que vitima, sobretudo, a população inocente que vive na Faixa de Gaza , após um longo processo de desterritorialização e precarização da vida com a chancela de potências ocidentais e grandes corporações. Liberdade para o Povo Palestino!

5. Moção de Apoio – Apoio a Sociedade Civil

Número de assinaturas: 53

A FURB (Universidade regional de Blumenau), fundada no ano de 1964 na cidade de Blumenau (SC) se constituiu ao longo dos anos como uma instituição de referência no que tange aos pilares de uma universidade: ensino, pesquisa e extensão, atendendo e formando jovens em cursos de graduação e pós-graduação, assim como promovendo atividades essenciais no campo de saúde, arte e cultura, educação, esporte para toda a região do vale do Itajaí. A FURB possui hoje uma estrutura com diversos campus que podem atender a uma média de 15.000 mil estudantes, porém, por ser uma instituição pública, de direito público e não possuir repasses governamentais, seu modelo de financiamento através de pagamento das mensalidades por seus alunos, não atende as demandas financeiras que uma instituição deste porte possui. A federalização da FURB resultará na criação da Universidade do Vale do Itajaí (UFVI), a terceira de Santa Catarina, incorporando em sua estrutura a FURB e também o campus da UFSC em Blumenau. Com a criação da UFVI daremos continuidade ao caráter comunitário das relações e parceria que a FURB desenvolve com a sociedade, fazendo desta universidade uma referência na educação superior e demonstrando a importância desta instituição para o desenvolvimento regional do nosso estado.

6. Moção de Repúdio - Ao Governo do Estado de Santa Catarina

Número de assinaturas: Aprovada por Unanimidade na plenária final.

Moção de Repúdio ao Governo do Estado de Santa Catarina pela operação da barragem norte que violou os direitos dos povos originários e direitos humanos, bem como repúdio ao marco temporal. A comunidade Xokleng Laklãnõ perdeu um ancião vítima de AVC após ação do governo na barragem e ação da Polícia Militar. Essa moção foi viabilizada em plenária por um indígena da aldeia Goj Kõnã.

9. ELEIÇÃO DOS/AS DELEGADOS/AS PARA A CONFERÊNCIA NACIONAL

Às 15h, procedeu-se a leitura e esclarecimentos dos artigos 28, 29 e 30 para que fosse possível realizar a votação e eleição dos delegados para a etapa Nacional¹. As 32 vagas foram separadas conforme o Regimento, sendo: realizado o cálculo de reserva de 2/3 das vagas aos delegados de 15 a 29 anos, totalizando de maneira arredondada 21 vagas; e as demais 11 vagas podem ser ocupadas por delegados menores de 15 anos e acima de 29 anos; além disso, 06 vagas serão destinadas para representantes do poder público; 04 para delegados negros e pardos; 01 vaga para delegado indígena; 21 vagas para jovens de 15 a 29 anos sendo necessário respeitar a paridade de gênero (16 homens e 16 mulheres) e os delegados não eleitos ficariam registrados como suplentes.

A Comissão Organizadora solicitou que todos os candidatos da Sociedade Civil se colocassem nas primeiras fileiras do auditório. A votação foi realizada por etapas de acordo com as cotas e o estabelecido em Regimento, sendo chamados os candidatos na frente do palco para se apresentarem e defenderem as suas candidaturas no tempo de 1 minuto. Iniciou-se pela cota indígena que possuía apenas 01 candidato, sendo eleito o delegado Maicon Djekupe Santos da Silva sem a necessidade de votação.

Logo, foi realizada a votação para delegados negros e pardos com 06 (seis)

¹ O número de delegados eleitos na Conferência Estadual para a etapa nacional totalizado trinta e duas vagas foram determinadas pela Resolução CON/CONJUVE/SNJ/SGPR/PR nº 3 de 25 de agosto de 2023. O critério utilizado para definição do número de delegados é o total de cadeiras do Estado na Câmara dos Deputados multiplicado por 02 (dois), observados os seguintes critérios: I observância de até 20% de representantes do Poder Público; II - paridade de gênero e proporcionalidade étnico-racial, conforme distribuição e perfil populacional de cada Estado e do Distrito Federal; III - no mínimo 2/3 (dois terços) da delegação com idade entre 15 a 29 anos. *(Inclusão sugerida pela Relatora da Comissão Organizadora Estadual – Brenda Neves Rodrigues.)*

candidaturas para 04 vagas, sendo eleitos os delegados: Alcemar da Silva Dornelles; Daniel dos Santos da Silva; Júlia Santos Fernandes e Alawara Beatriz dos Santos Farias.

Dando prosseguimento, foi realizada a votação para os delegados da sociedade civil com 22 candidaturas, sendo 09 mulheres e 13 homens, com um dos candidatos autodeclarado como não binário. Assim, para manter a paridade por gênero foi aprovado pela plenária que todas as delegadas mulheres estavam eleitas: Júlia Santos Arce (que também contempla a cota de negros/pardos); Maria Eduarda Ferrari Martins; Sol Isi Porley Neitzke; Patrícia Silvy Santos; Anastácia Heloísa Ferreira Rossi; Gabriela Rodrigues de Atayde; Ana Carolina Clasen Anesi de Novaes Dutra Coirolo; Adriana Thainá Rossi; Letícia Júlia Huber.

Em seguida, para os candidatos homens foi realizada a votação ficando eleitos 11 delegados titulares: Thulio Martins Fernandes; Willian Meurer Welter; José Inácio Sperber; Natan Pedro Schwider Filho; Cristiano Kerber; Allan Matheus Schmila; Mateus Leandro de Souza; Joá Bitencourt; Lucas André Maldaner; José Vitor Rodrigues da Rosa; Vinicius da Silva Borges. Ainda, foi estabelecido que os dois delegados com menos votos ficariam na suplência: Marcos Souza da Rosa; Vitor Kauan Ferraz de Oliveira.

No sentido de organizar a votação de maneira clara e transparente, a votação foi permitida somente para delegados de cada cota e os votos eram contabilizados por meio da entrega dos crachás à representante da COE, responsável pela contagem dos votos.

A votação dos candidatos Governamentais foi realizada concomitantemente ao fundo do auditório com representantes da COE e relatoria fazendo o registro.

Ao final do processo eleitoral foram entregues as fichas de homologação para o preenchimento dos candidatos eleitos e, posteriormente, entrega para a Secretária Executiva do CONJUVE/SC. A Comissão Organizadora realizou os procedimentos de contagem dos votos de acordo com as cotas e registro dos suplentes em cada segmento, seja governamental e da Sociedade Civil.

10.1. SEGMENTO CONSELHOS DE DIREITOS – GOVERNAMENTAL

Abaixo os delegados e as delegadas eleitas² referente ao segmento governamental:

TIPO DE ETAPA	Nome Delegada (o)
Estadual	Enzo Vinícius Vieira
Estadual	Samuel Vidal Soares
Estadual	Mariana Ramos Tavares
Estadual	Larissa Selene Cirino Gobatto
Estadual	Daniela dos Santos Demétrio
Estadual	Myriane Gonçalves da Silva
Estadual	Matheus Vinícius de Carvalho Pelaquim (1º suplente)
Estadual	Matheus Ramos de Aguiar (2º suplente)
Estadual	Bruno Pereira de Lima Aranha (1ª suplente)
Estadual	Poliana da Silva do Nascimento (suplente)

² Após a Conferência, foi solicitada as anotações da equipe de relatoria, visando corrigir o problema causado pela delegação não ter alcançado a paridade de gênero, que contava, ao fim da conferência, com 17 homens e 15 mulheres, a COE, deliberou por substituir um delegado homem titular governamental, pela primeira suplente mulher governamental, decisão essa tomada considerando que apenas dentre as vagas governamentais haviam suplentes mulheres, dessa forma respeitando-se os regimentos nacional e estadual.

10.2. SEGMENTO CONSELHOS DE DIREITOS – SOCIEDADE CIVIL

Abaixo os delegados e as delegadas eleitos dos representantes da Sociedade Civil que foram eleitos por etapas conforme ordem abaixo:

Cotas	Delegado(a)	Ordem	Observação
Indígenas	Maicon Djekupe Santos da Silva	1	
negros/pardos	Alcemar da Silva Dornelles	2	
negros/pardos	Daniel dos Santos da Silva	3	
negros/pardos	Júlia Santos Fernandes	4	
negros/pardos	Alawara Beatriz dos Santos Farias	5	
Mulheres Aclamadas	Júlia Santos Arce	6	
Mulheres Aclamadas	Maria Eduarda Ferrari Martins	7	
Mulheres Aclamadas	Sol Isi Porley Neitzke	8	
Mulheres Aclamadas	Patrícia Silvy Santos	9	
Mulheres Aclamadas	Anastácia Heloísa Ferreira Rossi	10	
Mulheres Aclamadas	Gabriela Rodrigues de Atayde	11	
Mulheres Aclamadas	Ana Carolina Clasen Anesi de Novaes Dutra Coirolo	12	
Mulheres Aclamadas	Adriana Thainá Rossi	13	
Mulheres Aclamadas	Letícia Júlia Huber	14	
Mulheres Aclamadas	Ashley Rengel	15	Incluída para manter a paridade ao final da votação
Homens e demais gêneros	Thulio Martins Fernandes	16	
Homens e demais gêneros	Willian Meurer Welter	17	
Homens e demais gêneros	José Inácio Sperber	18	

Homens e demais gêneros	Natan Pedro Schwider Filho	19	
Homens e demais gêneros	Cristiano Kerber	20	
Homens e demais gêneros	Allan Matheus Schmila	21	
Homens e demais gêneros	Mateus Leandro de Souza	22	
Homens e demais gêneros	Joá Bitencourt	23	
Homens e demais gêneros	Lucas André Maldaner	24	
Homens e demais gêneros	José Vitor Rodrigues da Rosa	25	
Homens e demais gêneros	Vinicius da Silva Borges	26	
Homens e demais gêneros	Marcos Souza da Rosa	27	1º Suplente
Homens e demais gêneros	Vitor Kauan Ferraz de Oliveira	28	2º Suplente

10. ENCERRAMENTO

Na Plenária de Encerramento os delegados eleitos representando a esfera governamental foram chamados para homologação. Neste momento, percebeu-se que a Comissão Organizadora errou na contagem da paridade dos votos por gênero, sendo necessária realizar a reparação incluindo a delegada Ashley Rengel, que foi eleita fora do período de inscrição visando manter a paridade regimental. Com isso, os delegados previamente eleitos Marcos Souza da Rosa e Vitor Kauan Ferraz de Oliveira ficaram como suplentes. Neste sentido, foi acordado que essa questão ficaria registrada e que a COE iria se mobilizar para tentar que esses delegados fossem à Conferência Nacional como observadores, porém frisou que não haveria garantia da ida a etapa Nacional pois o traslado/hospedagem e alimentação para participação da etapa nacional será disponibilizado pela CON.

Vale registrar que o Regimento Interno desta Conferência expressa que os suplentes poderão substituir os delegados titulares desde que informados com 15 dias de antecedência (o que precisará ser verificado com a CON, haja vista que a alteração na emissão de titularidade de passagens gerará pagamento de multa). A participante da conferência, Bruna Paola diante da insistência de garantia de ascensão de dois participantes a vaga de delegados suplentes, solicitado pela participante Janaína Tonello Machado, para participação em Brasília deixou bem claro que a CON não teria como passar por cima do que foi estabelecido no Regimento Interno.

Às 17h20m foi declarada encerrada a 4ª Conferência Estadual das Juventudes de Santa Catarina.

11. AVALIAÇÃO DA CONFERÊNCIA

Foram preenchidas e entregues à Secretária Executiva do CONJUVE SC, n=35 Fichas de Avaliação, as quais possuíam a intenção de avaliar os Grupos de Trabalho para a construção das propostas em cada um dos eixos da Conferência. Além disso, possuíam itens de avaliação sobre o local de realização, organização e ao final existia espaço para críticas e sugestões. Cabe ressaltar que alguns participantes assinalaram a avaliação em mais de um grupo, demonstrando que estiveram presentes em mais de um GT durante a realização do evento.

Sendo assim, dos participantes que estiveram presentes em algum momento no Grupo 1, 17 avaliaram como “Muito Bom”; 06 como “Bom”; 02 como “Regular” e 01 como “Ruim”. Dos participantes que estiveram presentes em algum momento no Grupo 2, 12 avaliaram como “Muito Bom”; 04 como “Bom”; 01 como “Regular” e 0 como “Ruim”. Já no Grupo 3, 14 avaliaram como “Muito Bom”; 03 como “Bom”; 0 como “Regular ou Ruim”. E no Grupo 4, 17 avaliaram como “Muito Bom”; 02 como “Bom”; 0 como “Regular ou Ruim”.

No Quadro 12 e nos gráficos que estão descritos a seguir é possível verificar a avaliação dos participantes da Conferência em relação a diversos itens referentes à localização e organização do evento.

Quadro 12: Resumo sobre as avaliações dos participantes da 4ª Conferência Estadual da Juventudes de Santa Catarina. Florianópolis-SC, 2023 (n=35 fichas de avaliação recebidas).

ITEM	Muito Bom	Bom	Regular	Ruim	Sem Respostas
LOCAL DE REALIZAÇÃO					
Acesso ao local	21 (60%)	12 (34,2%)	2 (5,8%)	0	-
Acessibilidade	17 (48,6%)	11 (31,4%)	7 (20%)	0	-
Auditório	19 (54,3%)	13 (37,2%)	3 (8,5%)	0	-
Divulgação	10 (28,5%)	9 (25,7%)	10 (28,5%)	4 (11,4%)	2 (5,8%)

Salas dos grupos de eixos	14 (40%)	14 (40%)	5 (14,4%)	1 (2,8%)	1 (2,8%)
ORGANIZAÇÃO					
Qualidade dos temas	24 (68,7%)	8 (22,9%)	1 (2,8%)	1 (2,8%)	1 (2,8%)
Tempo para as discussões	14 (40%)	13 (37,2%)	6 (17,2%)	1 (2,8%)	1 (2,8%)
Qualidade nas discussões	16 (45,7%)	9 (25,7%)	5 (14,4%)	1 (2,8%)	4 (11,4%)
Condução da Plenária	16 (45,7%)	9 (25,7%)	6 (17,2%)	1 (2,8%)	3 (8,5%)
Coffee	14 (40%)	15 (42,8%)	2 (5,8%)	0	4 (11,4%)

Gráfico 1. Avaliação dos participantes da 4ª Conferência Estadual da Juventudes de SC sobre o Acesso ao Local do evento. Florianópolis-SC, 2023 (n=35 respostas).

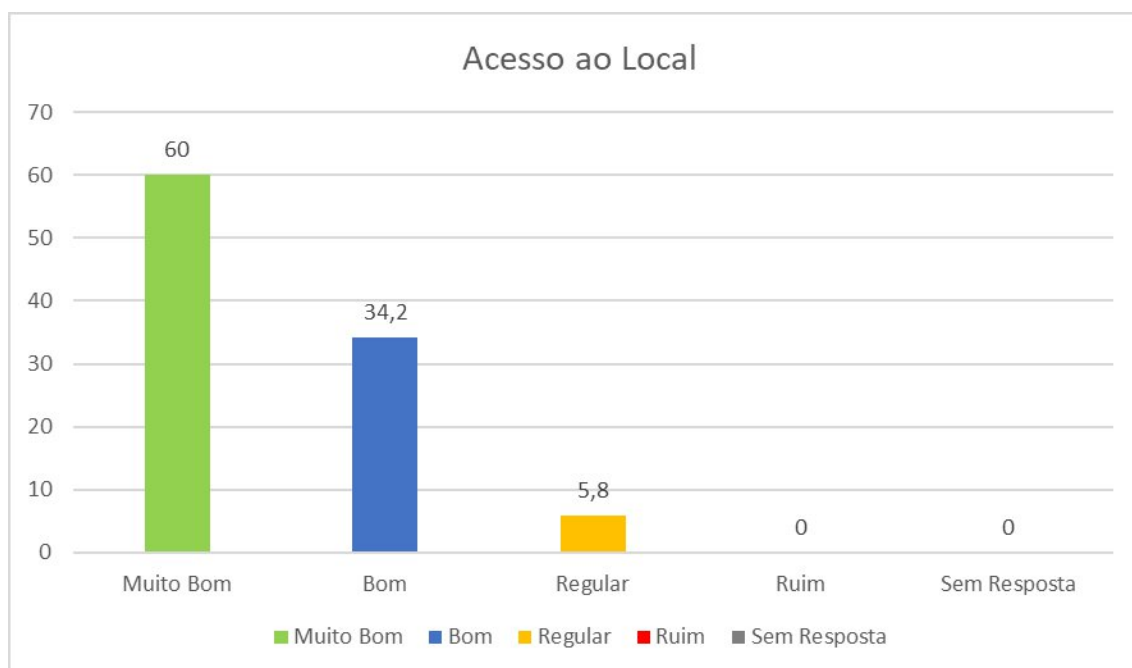


Gráfico 2. Avaliação dos participantes da 4ª Conferência Estadual da Juventudes de SC sobre a Acessibilidade no evento. Florianópolis-SC, 2023 (n=35 respostas).

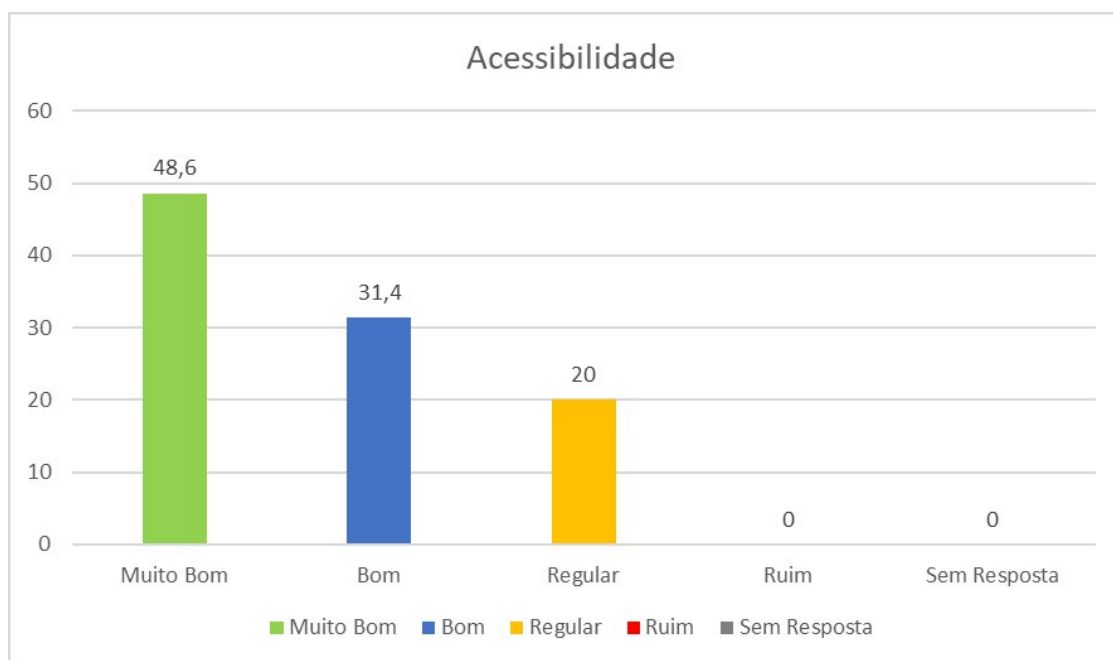


Gráfico 3. Avaliação dos participantes da 4ª Conferência Estadual da Juventudes de SC sobre a qualidade do auditório do evento. Florianópolis-SC, 2023 (n=35 respostas).

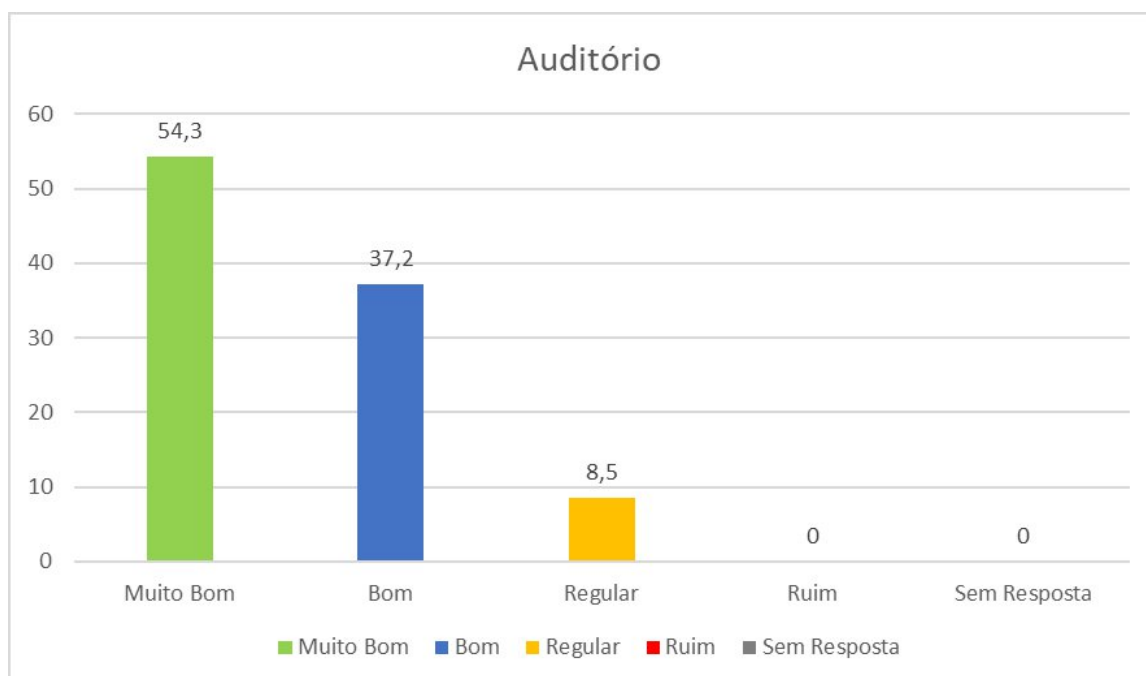


Gráfico 4. Avaliação dos participantes da 4ª Conferência Estadual da Juventudes de SC sobre a divulgação do evento. Florianópolis-SC, 2023 (n=33 respostas).

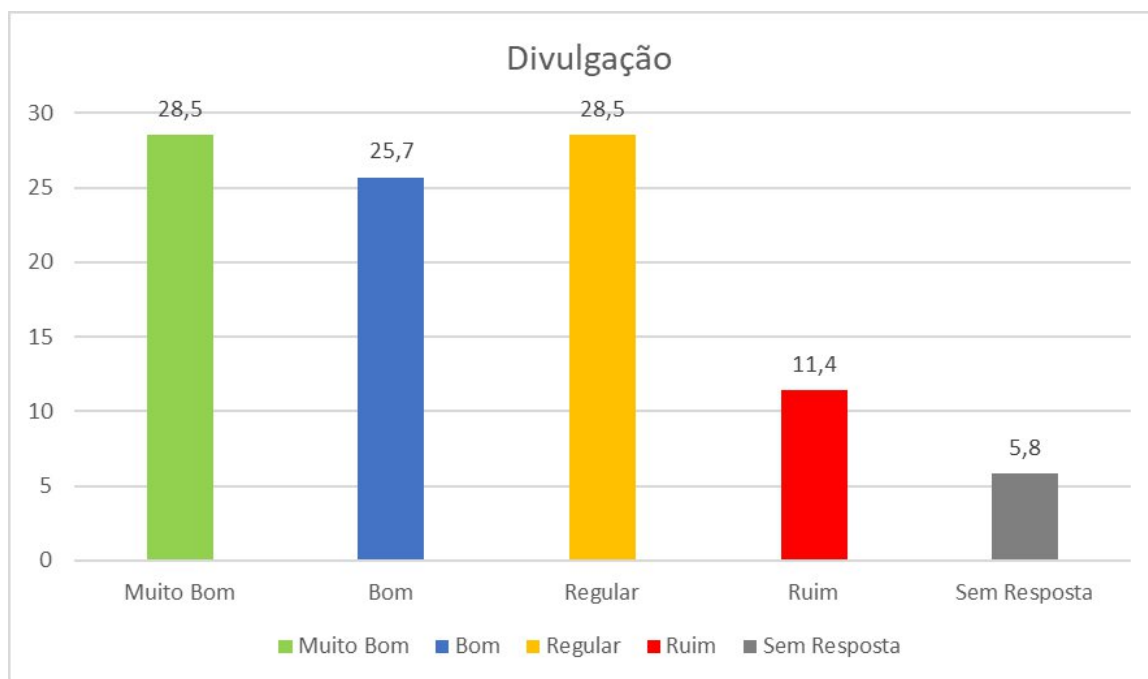


Gráfico 5. Avaliação dos participantes da 4ª Conferência Estadual da Juventudes de SC sobre a qualidade das salas dos Grupos de Trabalho do evento. Florianópolis-SC, 2023 (n=34 respostas).

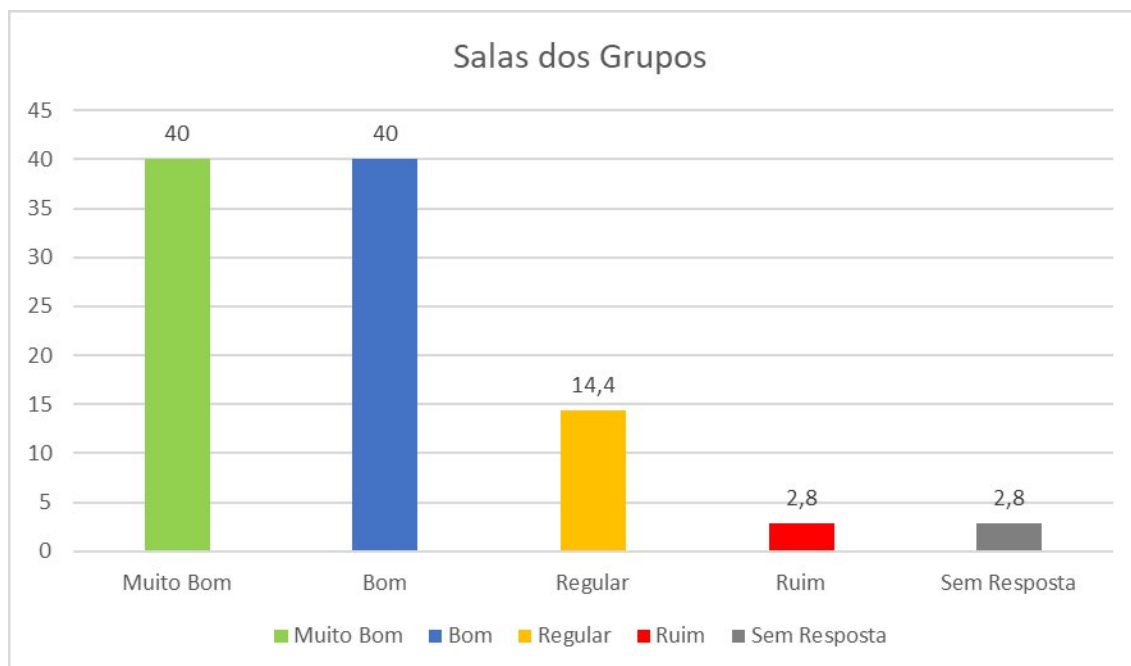


Gráfico 6. Avaliação dos participantes da 4ª Conferência Estadual da Juventudes de SC sobre a qualidade dos temas do evento. Florianópolis-SC, 2023 (n=34 respostas).

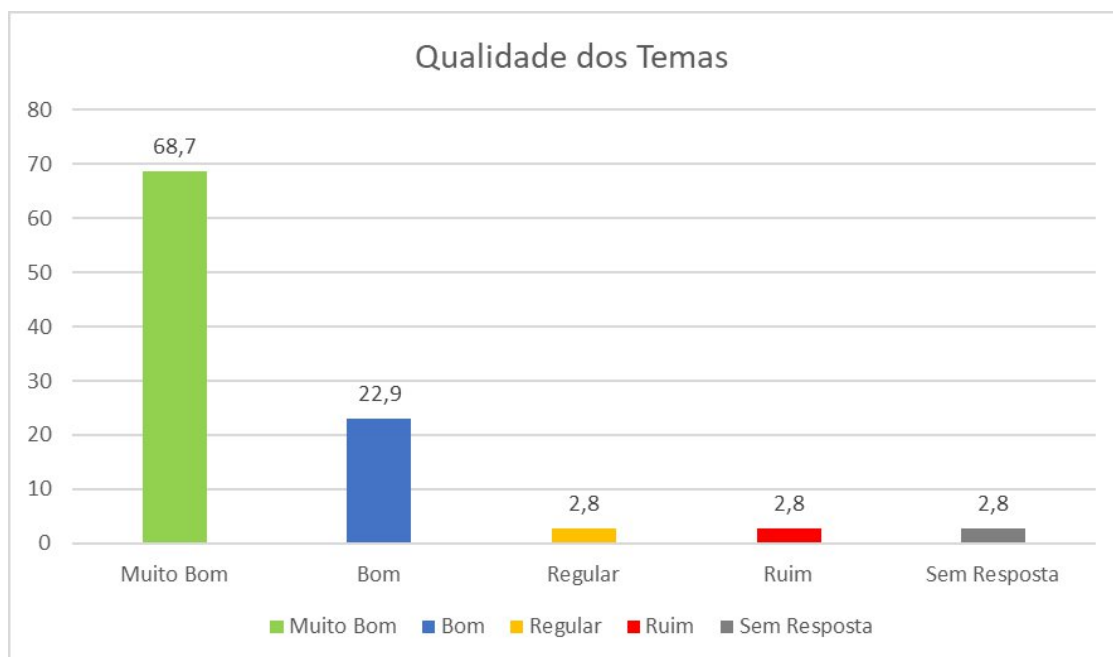


Gráfico 7. Avaliação dos participantes da 4ª Conferência Estadual da Juventudes de SC sobre o tempo para as discussões do evento. Florianópolis-SC, 2023 (n=34 respostas).

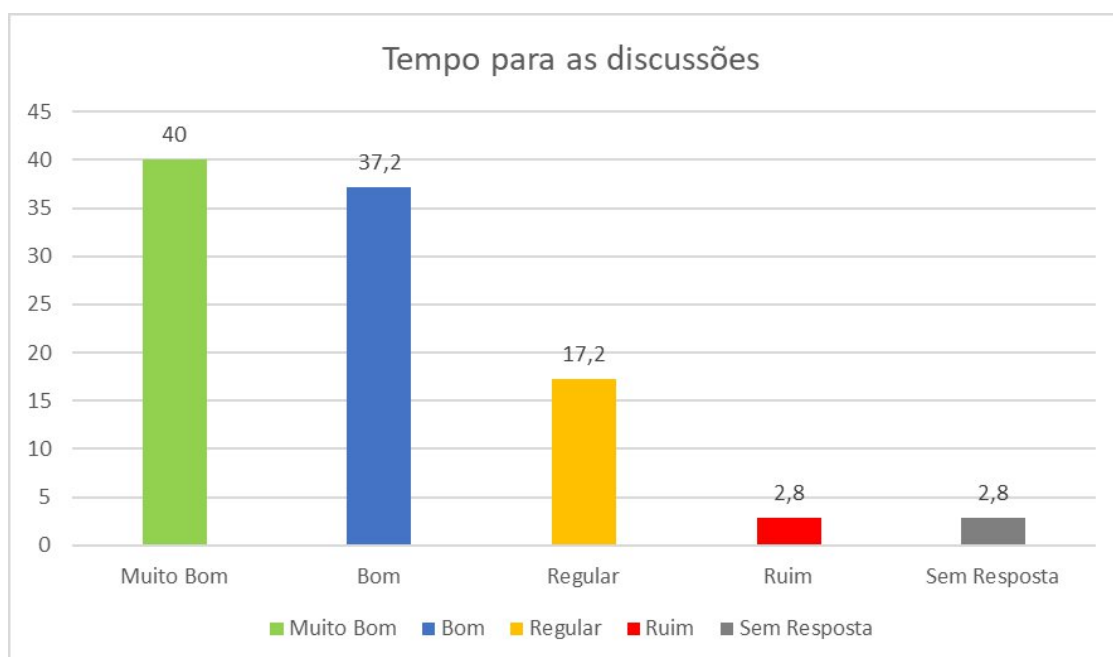


Gráfico 8. Avaliação dos participantes da 4ª Conferência Estadual da Juventudes de SC sobre a qualidade nas discussões do evento. Florianópolis-SC, 2023 (n=31 respostas).

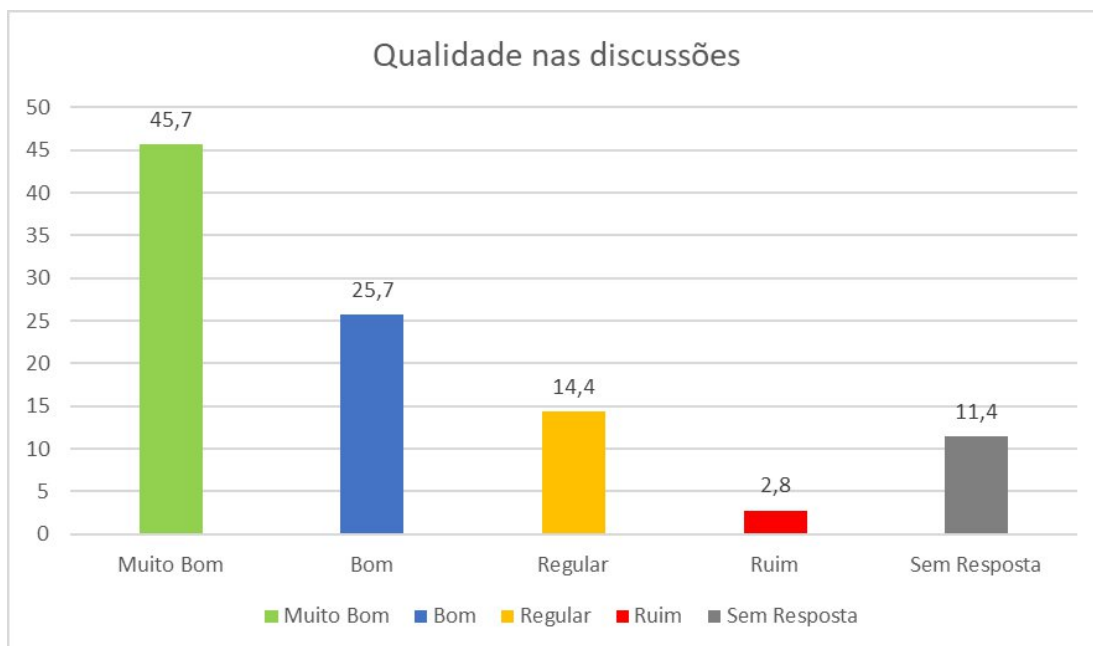


Gráfico 9. Avaliação dos participantes da 4ª Conferência Estadual da Juventudes de SC sobre a condução da plenária do evento. Florianópolis-SC, 2023 (n=32 respostas).

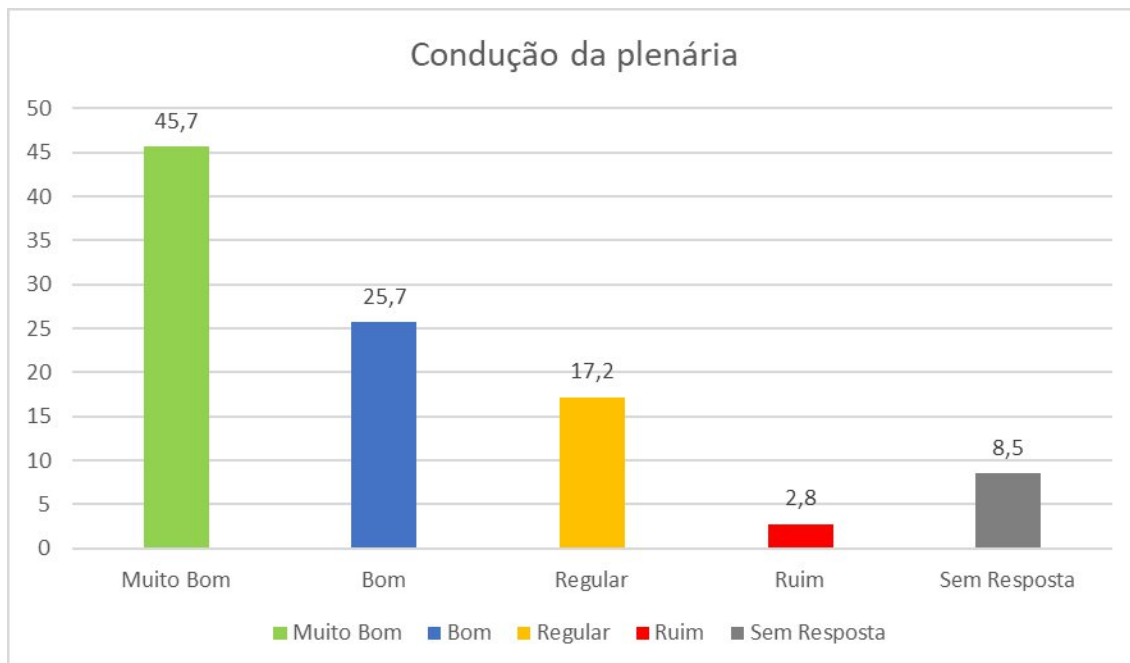
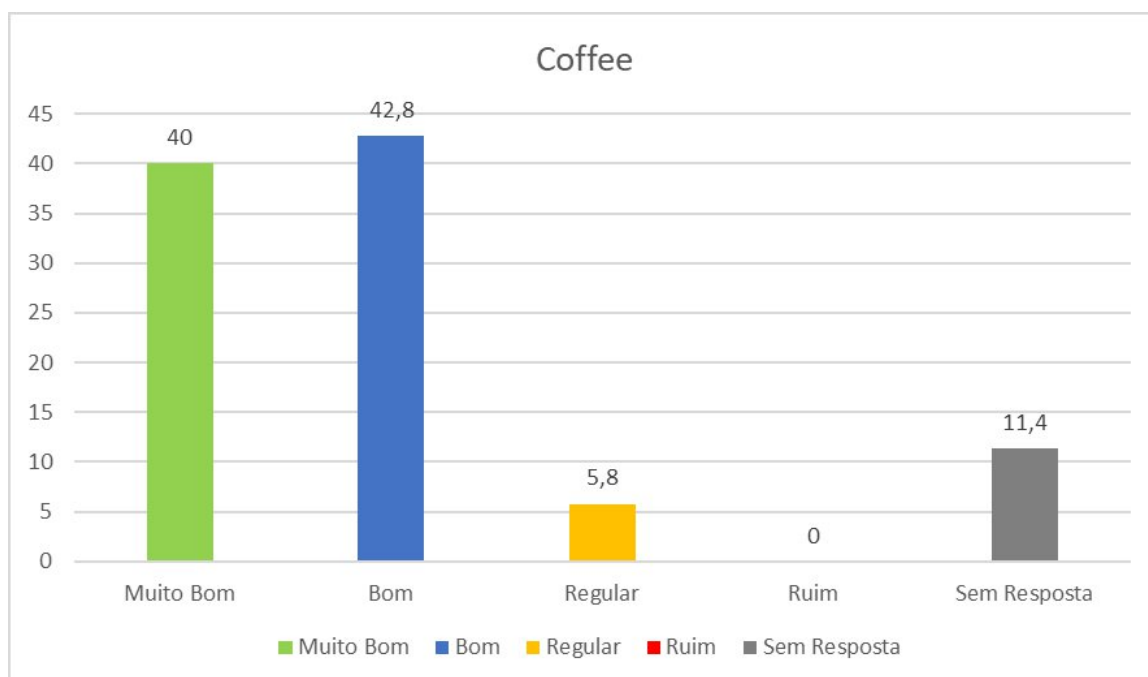


Gráfico 10. Avaliação dos participantes da 4ª Conferência Estadual da Juventudes de SC sobre a qualidade do coffee break do evento. Florianópolis-SC, 2023 (n=31 respostas).



Quanto as avaliações qualitativas realizadas pelos participantes estão dispostas no Quadro 13 as principais críticas e sugestões apontadas:

- Acessibilidade ao evento prejudicada pela falta de transporte e alimentação.
- Deveria ser providenciado transporte para os delegados e não somente para os conselheiros.
- Faltou alimentação para os delegados, observadores e convidados.
- Organizar almoço para os delegados.
- Ter mais opções veganas e vegetarianas nos coffee break.
- Equívoco em relação as orientações e separação entre os quartos destinados a homens e mulheres e banheiros nos alojamentos que acabou ficando misto.
- A data do evento durante a semana.
- Melhor distribuição da programação durante os dois dias de evento.
- Faltou mais integração, música e mística e atividade cultural para a juventude.
- Faltou música e momentos de interação entre os participantes.
- Organizar momentos de integração, como por exemplo, “noite cultural”.
- Faltou mesa de debates.
- Que haja mais “falas” diferentes da palestra que foi curta por falta de tempo.

Mesmo com críticas parabenizo a resistência da sociedade civil porque foi ela que garantiu essa Conferência.

Excelente evento organizado. Gostaria de agradecer a todos os envolvidos na criação do regimento, na mobilização da juventude e na organização do evento em si. O local é ótimo, uma ressalva seria em relação ao horário do evento, pois muitos jovens trabalham no período diurno e, dessa forma, não poderiam comparecer. No mais, é preciso cobrar que o Governo Federal e Estadual olhem com mais ênfase para as demandas trazidas pela juventude.

Ser mais objetivo e pontual quanto as orientações.

Orientar os Grupos de Trabalho a lerem as propostas e logo formular o texto e não deixar para escrever no final.

Melhor organização na condução em relação ao regimento.

Maior pontualidade nos comunicados, alinhar quem vai ter lugar de fala, tanto dos participantes quanto da comissão organizadora. Faltou, talvez, um maior alinhamento do papel de cada um dentro das etapas da conferência.

Maior Organização nas próximas Conferências.

Maior sintonia entre a equipe.

Sugiro que o cronograma seja melhor organizado.

Melhorar a comunicação sobre o regimento, pois houve confusão e, muitas dúvidas e pontos a serem mudados.

Distribuir melhor os eixos para que os grupos possam ter o mesmo tempo de discussão.

Em alguns momentos da plenária a coordenação faltou dar alguns detalhes, além de deixar ficar muito disperso.

Considerar pessoas não-binárias e outras expressões de gênero quando for pautada a paridade. No mais, pensar custos com deslocamento e alimentação. E, pensar atividades de integração extra-conferência.

Melhor organização do evento e ser proativo na produção do regimento interno.

Melhorar a divulgação e estacionamento.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da 4ª Conferência da Juventude do Estado de Santa viabilizou aos 102 (cento e dois) participantes inscritos entre delegados/as municipais e estaduais, observadores, representantes governamentais e da sociedade civil, as discussões sobre a temática central “Reconstruir Santa Catarina, Construir o Futuro: Desenvolvimento, Direitos, Participação e Bem Viver”.

Por meio de grupos de trabalho os eixos foram debatidos e as propostas em destaque foram votadas para a construção das propostas finais destinadas à 4ª Conferência Nacional da Juventude.

Todas as ações desenvolvidas nos dois dias de Conferência que mobilizaram os integrantes do Conselho Estadual da Juventude de Santa Catarina CONJUVE-SC e Secretaria da Assistência Social, Mulher e Família para a construção de propostas voltadas para fortalecimento das estratégias e ações para a Juventude, considerando a diversidade e os objetivos específicos apresentados nesse relatório.

Convém destacar, que todos os documentos físicos como propostas municipais/regionais, credenciamento, fichas de dados dos delegados (as) eleitos, moções, avaliação da conferência, portarias, resoluções e demais materiais utilizados na realização deste evento estão disponíveis para consulta junto a Comissão de Organização Estadual – COE.

ANEXOS

**ANEXO A - CONVOCAÇÃO DA 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DAS JUVENTUDES
(PORTARIA Nº57/2023)**

**ANEXO B - ERRATA - CONVOCAÇÃO DA 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DAS
JUVENTUDES (PORTARIA Nº59/2023)**

**ANEXO C - NORMAS DE PARTICIPAÇÃO DA 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DAS
JUVENTUDES (INFORME Nº02/2023)**

ANEXO D - REGIMENTO INTERNO

ANEXO E - LISTA DE PRESENÇA DA CONFERÊNCIA

ANEXO F - LISTA DE PRESENÇA DOS EIXOS

ANEXO G - FICHA DE DELEGADOS - SEGMENTO GOVERNO

ANEXO H - FICHA DE DELEGADOS - SEGMENTO SOCIEDADE CIVIL

ANEXO I - PROPOSTAS ELEITAS

ANEXO J - MOÇÕES

ANEXO K - AVALIAÇÕES

ANEXO L - IMAGENS DO EVENTO